
093ª SESSÃO ORDINÁRIA – 02OUT2013

(Texto com revisão final.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Apregoo Ofício do Ver. Cláudio Janta, que comunica ao Presidente da Casa que no dia 1º de outubro de 2013 procedeu à filiação ao partido político Solidariedade – SDD, tendo procedido ao regular e tempestivo processo de desfiliação de sua legenda anterior, de modo que solicita que se faça constar a mudança junto aos registros desta Casa, nos termos da legislação vigente. Outrossim, comunica a constituição da Bancada da referida agremiação partidária nesta Casa.

A Mesa, com certeza, dentro do Regimento, deverá dar consequência às solicitações do Vereador.

O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Ver.^a Sofia Cavedon, demais colegas Vereadores, público que nos assiste, crianças do Colégio Pastor Dohms, que estão no plenário abrilhantando o dia de hoje, aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre. Quero parabenizar, hoje, de uma forma especial, em nome da Bancada do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, esta que é a Semana Municipal de Conscientização da Violência contra Idosos. Ontem, foi o Dia Internacional do Idoso, e nesta semana, naturalmente, nós estamos fazendo um trabalho efetivo de conscientização deste tema tão importante na cidade de Porto Alegre. Tramitam nesta Casa, três projetos de minha autoria, um, inclusive, está na Pauta de hoje, que é referente a criação e manutenção de uma casa de passagem para idosos vítimas de violência familiar.

Portanto, este é um tema que nós vamos enfrentar na sequência da Sessão de hoje, porque hoje é a primeira discussão preliminar de Pauta dele, depois ocorre a 2ª Sessão.

Também há um outro tema, que é dar publicidade ao direito de desconto de 50% para idosos, em eventos. Aqui, na realidade, nós não estamos inventando a roda, o art. 23 do Estatuto do Idoso preconiza que os idosos com mais de 60 anos tenham o desconto de pelo menos 50% no valor dos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos, proporcionando assim, que essa camada social tenha acesso à informação, mediante a

publicização do desconto de 50%, para que, ao acessar um evento, etc., o idoso efetivamente tenha, de forma legítima, a informação que já está preconizada na Lei Federal.

Temos também o projeto de lei que institui o calendário das datas comemorativas e de conscientização no Município de Porto Alegre – e organiza a legislação sobre o tema –, na primeira semana do mês de outubro, portanto esta semana, instituindo a Semana Municipal de Conscientização da Violência contra Idosos. Para quem não sabe, a violência contra idosos é uma realidade assombrosa em nosso território nacional. A Secretaria de Direitos Humanos fornece os dados, por exemplo, da violência contra idosos, subindo 200% no ano de 2012, ou seja, saltou de 7.160 casos no ano de 2011, Ver. Paulinho, para 21.404 casos em 2012, e a maioria ocorre no âmbito familiar. Os dados dão conta dessa realidade: a violência é praticada pela família, pessoas próximas da família, e, segundo os dados estatísticos, o perfil do agressor é de todos os tipos, especialmente composto por filhos e genros dos idosos, que estão ali numa situação de fragilidade, na dependência financeira muitas vezes, e, por essa razão, em um estado de fraqueza até mesmo física, mental, e essas pessoas são agredidas.

E nós, de uma forma a trazer uma proposta eficiente, não apenas no discurso, mas também na prática, estamos aqui comemorando esta semana especial, uma semana de conscientização desse tema tão importante sobre o idoso. Ontem, para comemorar esse dia especial, eu estava no Asilo de Amparo à Velhice Gustavo Nordlund, um local que tenho um vínculo especial através da sua mantenedora, que é a Igreja Assembleia de Deus, através da presidente Silvana Zalewski, comemorando o Dia Internacional do Idoso com aqueles cem idosos e toda a equipe de técnicos, enfermeiros.

Esse é o relato, Sr. Presidente, e vamos continuar trabalhando na conscientização desse tema tão importante. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara. Este é um momento muito importante para mim que participei de momentos históricos da vida dos trabalhadores. Eu estive no 1º Conclat, no 2º Encontro Nacional da Classe Trabalhadora, participei de dezenas de greves, a greve de 1979 e, agora, recentemente, a greve do dia 11 de julho, uma greve vitoriosa para os trabalhadores brasileiros. Mas hoje eu acredito que estou participando de um momento histórico sendo o primeiro Vereador em Câmara de Capital do Brasil a falar em nome do partido Solidariedade. Solidariedade, que no dicionário já diz que é uma bondade que cerca a todos nós, mas a solidariedade, na sociologia, é um conceito social, é uma ideia de praticantes que buscam, juntos, a mesma coisa para as comunidades, para as pessoas que têm dificuldades de saúde, de alimentação, financeiras e físicas. Nós achamos que esse é o papel da política, esse é o papel dos entes políticos, e nós queremos ajudar o Brasil, as pessoas, os trabalhadores e suas famílias a terem acesso aos bens primordiais, como a saúde, alimentação, a estabilidade financeira e dignidade para viver.

Nós tomamos uma decisão difícil na nossa vida, como todas as decisões que a gente toma. Eu, como operário, trabalhador, quando a gente sai do emprego para ir para outro, quando a gente sai do primeiro grau para ir para o segundo grau – hoje temos aqui os alunos do Colégio Pastor Dohms que nos visitam –, quando a gente sai do secundário para ir para uma universidade e nos dá aquele frio na barriga. Eu tomei uma decisão importante saindo do partido que me acolheu, do partido que me ensinou muito a lutar pela educação, a lutar pela escola de turno integral, desde o pré até o doutorado, um partido que, nesta Casa, me recebeu com muito carinho, com muito afeto, onde mantenho grandes amigos, mas é necessário mais e eu estou indo buscar mais na política. Estou indo buscar bem mais, estou indo buscar mais espaço, indo buscar mais determinação e estou indo buscar o reencontro das bandeiras de luta dos trabalhadores que, no Congresso Nacional, nós conquistamos e queremos ampliar na Constituição de 1988. Quero agradecer à bancada do PDT, quero agradecer a todos os Vereadores que, durante esse período, me receberam nesta Casa e me ensinaram muito. Quero dizer que o Solidariedade vem a esta Casa para se somar, criando, junto ao Ver. Tarciso e o Ver. Bernardino, um bloco independente. O que for bom no Governo, o que for bom para a população de Porto Alegre, nós vamos apoiar; o que for bom, proposto pela oposição,

proposto pelos partidos, para o povo de Porto Alegre, nós vamos apoiar, porque o que nós queremos é o melhor para a população de Porto Alegre, o que nós queremos é o melhor para o povo de Porto Alegre. E parabéns, neste momento difícil da política... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Parabéns a todos os Vereadores desta Casa pelo dia de ontem, o dia do Vereador, da Vereadora, dia do qual todos nós temos que nos orgulhar, porque, se as cidades vêm avançando, se as cidades vêm melhorando no social, vêm melhorando na condição de vida das pessoas, é porque nós trouxemos essas reivindicações para a Casa do Povo. Saúde e paz para todos. Com força, fé e solidariedade nós vamos, junto com os 35 Vereadores desta Casa, construir uma cidade melhor para todos, com dignidade para viver. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero agradecer a equipe do Memorial, ao Jorginho, que traz aqui a visita orientada, em que estão presentes, no nosso plenário, os alunos do 3º ano do ensino fundamental do Colégio Pastor Dohms, que fica no bairro Lindoia, em Porto Alegre, trazidos pelas professoras Michele Barbosa Breier dos Santos e Aline Espindola Martins. São 23 alunos do Pastor Dohms. Eu quero dizer que é uma satisfação ter vocês aqui conosco.

Passo aos Vereadores e a todo o nosso plenário o convite que nos chegou da Ulbra, do Campus de Canoas, para o III Congresso de Direito do Campus da Ulbra, Inquietações Jurídicas Contemporâneas, em que teremos palestras do Prof. Salvato Trigo, Doutor em Literatura de Expressão Portuguesa, da Universidade do Porto; da Dra. Maria Berenice Dias, Desembargadora, reconhecida nacional e internacionalmente com relação às questões vinculadas ao Direito de Família. Todo o projeto foi coordenado pelo Prof. Jorge Trindade, Psicólogo, Advogado, Pós-doutor em Psicologia Forense, e do testemunho da Universidade Fernando Pessoa, de Portugal.

(14h37min) Havendo quórum, passamos à

Apregoo a Emenda nº 01 ao PLL nº 246/13.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 246/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Séfora Mota solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período do dia 7 de outubro. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Convido os Líderes a aproximarem-se da Mesa da presidência. (Pausa.)

Quero agradecer às Lideranças. Então, agora, temos só a votação, porque faltou quórum para a votação de um requerimento.

Em votação nominal, por solicitação do Ver. Alberto Kopittke, o Requerimento nº 174/13. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM.**

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, eu sei que o plenário hoje está um pouco confuso, há criação de Partido, há mudança, só que nós temos um Regimento e o Regimento favorece as minorias. Nós não votamos considerando que em um minuto e meio havia apenas 14 Vereadores e Vereadoras que se manifestaram; portanto, o quórum estava derrubado. E há dois minutos e pouco foi construído o quórum, então não há estabilidade no plenário. Presidente, eu entendo, havia um grupo de Vereadores o abordando, só que nós gostaríamos que fosse regrado de fato a partir do Regimento. Eu o agradeço pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Ver.^a Sofia, nós não temos muitos painéis funcionando ainda. Ver.^a Sofia, o Presidente não tem o seu painel funcionando aqui na frente. O Presidente está, inclusive, com problema de coluna, tendo que se deslocar assim, então eu lhe peço também a compreensão nesse sentido. E sempre se franqueia a

possibilidade de os Vereadores registrarem ou modificarem o seu voto do microfone de apartes.

Em discussão o PLE nº 027/12. (Pausa.)

O Ver. Alberto Kopittke com a palavra para discutir o PLE nº 027/12.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, já temos discutido bastante essa situação desse terreno na Av. Carlos Barbosa que trata, na verdade, das imediações da ampliação da Av. Tronco, e por que esse tema ganhou bastante relevância? Porque ele é fruto da luta social, da mobilização do povo daquela comunidade, especificamente um tema que nós, diversas vezes, já tratamos, do povo negro, do povo de religião de matriz africana que, mais uma vez – e já discuti esse tema inúmeras vezes, assim como outros colegas –, sob a justificativa do progresso, está sendo desterritorializado, uma expressão bastante usada pela universidade, por aqueles que estudam a história das cidades brasileiras, especificamente de Porto Alegre. Lembro que esse povo é o mesmo povo que teve seus antepassados retirados à força aqui do Areal da Baronesa, que já tiveram que sair do Rio Branco, e assim vão sendo expulsos. Hoje, mais uma vez, no século XXI, vão ser expulsos da sua terra para mais longe, para que cada um, através do crédito-moradia, arrume o seu lugar, e aquela comunidade perde a sua história mais uma vez, perde as suas raízes. O que a luta social e o que vários Vereadores aqui têm feito? Exatamente que pelo menos as casas de religião daquela comunidade... E eu sempre faço uma imagem para causar um pouco mais de solidariedade naqueles que não têm tanta relação com as casas de religião de matriz africana ou frequentam outras religiões, eu sempre tento sensibilizar fazendo a seguinte imagem: que nós estivéssemos construindo uma avenida sob a nossa Catedral, Ver. Nedel; uma avenida, nós precisamos desafogar o Centro e vamos botar abaixo a nossa Catedral. Parece um pouco desproporcional para a maioria de nós, mas para aquele povo, para aquela comunidade que lá vive, não é desproporcional, porque aquela casa é a referência religiosa e espiritual de várias gerações, e graças a essa luta, essa concepção que se construiu um compromisso por parte da Prefeitura. Tivemos, em fevereiro, uma marcha com mais de mil religiosos que foram até a Prefeitura, e, fruto desta mobilização, a Prefeitura se comprometeu, até o momento, apenas de forma verbal,

em garantir essa terra aqui, esse espaço a que estamos aqui destinando o uso especial à Mãe Maria, uma das casas mais antigas de religião de matriz africana da nossa Cidade. O que nos preocupa neste projeto e que vamos debater aqui? Por que o Governo não aceita explicitar esse compromisso político em prol desta casa de religião, dessa família que lá está. Se há um compromisso assumido, se já está garantido, como dizem aqui os membros do Governo, por que não aceitam colocar, como já outras tantas vezes aqui foi feito em prol de outros institutos, organizações, religiões, que a área foi destinada e saiu desta Casa já com o nome do destinatário. Mas parece que o preconceito permanece. Silencioso, escondido, mas não aceita colocar o nome da Mãe Maria como destinatária dessa área da Cidade aqui. O que não é um favor, repito: é uma obrigação da Prefeitura Municipal frente à mobilização da sociedade, ao povo negro desta Cidade, que a Prefeitura respeite e promova aquilo que já deveria ter feito antes, porque são 23 casas de religião que estão sendo expulsas da Vila Cruzeiro em nome do chamado progresso e se espalharão por toda a Cidade. Eu saúdo aqui... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)... Encerrando, agradeço aqui, saudando as lideranças de religião de matriz africana que estão chegando aqui; a nossa saudação. Finalizo a fala que eu já vinha fazendo, Mãe Maria, de que o preconceito não pode se reafirmar nesta tarde aqui nesta Casa e que esta Casa deu uma demonstração de compromisso. Nós não queremos compromissos só verbais. E queremos saber por que, por parte do Governo, não pode por o nome da Mãe Maria como destinatária desta terra. Quais são os compromissos que impedem que isso aconteça, se o acordo, como diz o Prefeitura, já foi feito? Então, é isso que nós queremos, lembrando sempre que se trata de mais um processo em que o povo negro e de religião estão sendo expulsos das suas terras na nossa Cidade! Então, não é um momento de alegria. Pode ser conquista, mas é um momento de luta e de consciência do que acontece nesta Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Faço a saudação ao Dr. Laitano. É um prazer tê-lo conosco. Também é um prazer ter a Mãe Maria aqui; parabéns e obrigado por sua presença.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 027/12.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Ver. Dr. Thiago; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, um abraço todo especial à Mãe Maria e ao pessoal que esta conosco nesta tarde acompanhando o tema. O Ver. Alberto Kopittke repete aqui, meu caro Ver. Manfro, a mesma conversa que se trouxe aqui na semana passada, quando nós votamos um projeto do Prefeito, que concede uma área de terra para a tribo indígena charrua. A Bancada do PT veio aqui dizer que, se não se votasse a emenda deles, o caos estava espalhado, a ponto de líderes indígenas nos chamarem de mentirosos, e nos ofenderam bastante, até demais, meu caro Ver. Villela, Ver.^a Mônica, por quê? Porque aquela emenda era a emenda. Agora se repete o mesmo diapasão. É momento, sim, de alegria. De alegria! Capitaneados por vocês, lideranças lá da Mãe Maria e religiosas da matriz africana. Capitaneados por vocês, o Prefeito encaminhou um projeto para a Câmara, destinando um terreno para uma casa ali na Av. Azenha. Agora vem o Ver. Alberto dizer que as emendas salvam a pátria, sem a emenda não há alegria. Isso é alguma coisa que até nos entristece, o momento é de alegria, sim.

Acontece que duas emendas foram apresentadas, iguais, e eu – e os Vereadores são testemunhas disso – propus por diversas vezes que se apresentasse emenda única, não obtive sucesso. Portanto, apresentei, naquela oportunidade, uma emenda de redação. São três emendas, vamos votar a favor do projeto, contra as emendas porque são iguais, vota uma, prejudica a outra, vai nos causar problema. Eu apresentei uma emenda; também é para votar contra essa emenda. Quero dizer que o compromisso do Prefeito, falo enquanto Líder do Governo, é, sim, a cedência da área. Parece-me que às vezes os Vereadores meio que se fazem de desentendidos; fazem, porque eles entendem, são competentes e preparados. O que acontece? A lei, qualquer lei neste País, tem, antes da letra fria, aquilo que se propõe para aquilo que se destina, e os argumentos de plenário também valem. Portanto, é um projeto de lei com destinação específica, não há preconceito, não há! É uma conquista de vocês. Estamos aí dizendo que foram boas as emendas porque causaram debate, mas atrasou um pouco a votação, mas isso é da disputa democrática, e é positivo. Portanto, nós queremos aqui dizer que é um momento importante. Quero concluir que, nessa parte, o Ver. Alberto Kopittke tem razão quando ele

iniciou dizendo que esse projeto teve essa repercussão toda porque é um projeto de cunho social, fruto da luta da comunidade. Portanto, é uma vitória do Governo, é uma vitória da Câmara, mas, antes de mais nada,... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ... é uma vitória de vocês, que lutaram incansavelmente por essa conquista. E eu estive numa série de reuniões lá na Av. Tronco, onde se falava sobre uma série de coisas, inclusive sobre o templo e a destinação para a Mãe Maria. Parabéns a todos! Vamos votar favoravelmente ao projeto, contrários à emenda, na garantia que esse terreno já tem uma destinação específica. À Mãe Maria um abraço! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Peço a todos os Vereadores que se atenham ao tempo. Obrigado, Ver. Ferronato. O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLE nº 027/12.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, funcionários desta Casa, público que aqui nos assiste, especialmente o povo de terreira, especialmente Mãe Maria e seus filhos. Peço aqui em seu nome, Mãe Maria, antes de tudo, muito axé para todos nós.

Essa negociação começou realmente com uma luta que vem se travando dentro da comunidade da Vila Tronco, uma luta especial que é a luta do povo de matriz africana. É uma luta que foi trazida individualmente, mas em nome dos outros ilês que iriam ser atingidos. Eu gostaria de colocar como símbolo dessa luta o ilê da Mãe Maria. Essa luta foi trazida aqui pelo Ver. Kopittke, através do povo de terreira; esta luta que nós achamos justa – entramos juntos para guerrear a favor de uma área especial, porque tem que ser realmente uma área especial, uma área que tenha fluidos espirituais. Dentre essas áreas, recebemos uma proposta da Mãe Maria, mas, infelizmente, não conseguimos essa área. Com a segunda proposta – a Mãe Maria ficou deslumbrada na época e me ligou. Fizemos reuniões, fizemos várias reuniões com o Governo, e, em uma delas, estava presente o Ver. Kopittke que me disse, na saída, junto com o povo da terreira: encaminha essa luta em nome de todos nós. Em um primeiro momento, quando entrei no ilê Mãe Maria pela

pág. 9

primeira vez, uma das filhas me falou uma coisa que me trouxe uma energia especial para que, junto com os outros Vereadores, junto com o Governo, tentasse achar para a Mãe Maria este lugar especial. E conseguimos, depois de muitas lutas. Aí, eu agradeço ao Busatto, agradeço ao Vice-Prefeito, Melo; eu agradeço ao Marcos Botelho, incansável. Agradeço também ao Diretor do DMAE, que no início criou algumas dificuldades, mas nós corremos sempre juntos, o Marcos Botelho, o Gil e outros, e todos nós Vereadores. Esta é uma luta de nós todos. Não precisa criar um espaço para que seja uma luta individual de cada um. Por isso fiz questão de citar nomes, em respeito à Mãe Maria. Mãe Maria, nós tivemos um problema ontem, e a senhora estava aqui anteontem, retiramos uma emenda e foi votado! E os indígenas saíram daqui, o povo charrua saiu daqui feliz da vida. A emenda foi votada e eles vão receber a terra. Esse projeto foi encaminhado para a senhora, Mãe Maria. Não precisa ter dedo de alguém para dizer que conseguiu isso individualmente, tentando trazer situações individuais dentro de um projeto que foi aceito pelo Governo, e essa terra foi dada para a senhora! Essa terra foi dada para o seu ilê, e foi respeitada a lei que dá para o povo negro, foi respeitada uma lei e foi respeitada a sua pessoa... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)... Então, Mãe Maria, não é à toa que este processo veio do Executivo e está para ser direcionado para a senhora. Eu lhe dou a minha palavra. Como lhe disse antes, e disse na frente do representante do Governo, eu saio do Governo e largo o meu cargo como Vereador se essa área não for para a senhora. Eu largo o cargo porque acho que tem que se ter palavra, e eu acho que o Governo tem essa palavra, e ele lhe trouxe, lhe deu e lhe dará este espaço. Obrigado, senhores, e muito axé para todos os senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Há mais algum Vereador que queira discutir?

O SR. AIRTO FERRONATO (Questão de Ordem): Estamos construindo uma emenda, e todos vão assiná-la. Ela está aí para ser apregoada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Onde está o processo? Este processo tramita na Casa há muitos meses, há mais de um ano e meio. Por favor, o requerimento de dispensa do envio da emenda para as Comissões.

Apregoo a Emenda nº 04 ao PLE nº 027/12.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04, ao PLE nº 027/12, à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 04 ao PLE nº 027/12.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLE nº 027/12. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01 ao PLE nº 027/12.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago, prezados colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores que nos assistem, quero cumprimentar aqui, de uma maneira muito especial e carinhosa, a comunidade afro-religiosa que aqui está e que luta, há muito tempo, primeiro, para ser respeitada, segundo, para ser reconhecida. E eu quero cumprimentar aqui, em nome da Mãe Maria e da Elaine do Mocambo, todas essas lideranças, porque, somadas, as duas aqui trazem para esta Casa mais de 160 anos de luta, de trabalho e de organização. E este tema, Elaine e Mãe Maria, começou aqui nesta Casa, que já reconheceu, oficializou e homenageou a Mãe Maria, lá no final da década de 1990, e que, mais de uma vez, trouxe esse debate, essa discussão. E, quando veio o projeto da Av. Tronco – isso ainda nos anos de 2008 e 2009 –, iniciamos essa discussão. A comunidade toda se unificou e disse que não pode ser despejada sem ter o reconhecimento do papel religioso, cultural e social que representa ali, na comunidade da Vila Tronco, próxima ao Postão. Eu perdi as contas de quantas reuniões fizemos, na legislatura passada, junto com o Prefeito Fortunati; com o Secretário Busatto; com o Marcos Botelho, que está aqui, que continua nesta discussão; com o Luciano Marcantônio, Vereador que aqui estava, também; com o Raul Carrion, que já não é mais

pág. 11

Vereador; com o Ver. Pedro Ruas, com um conjunto de Vereadores que passaram pela CUTHAB – Ver. Brasinha, Ver. Mario Fraga, Ver. Nilo Santos, Ver. Tarciso Flecha Negra; Ver. Cleiton. E, quando esse projeto veio para esta Casa, prezado Ver. Ferronato, que é um projeto para vender a área do DMAE, próxima ao Olímpico, em momento nenhum, foi dito que essa destinação poderia ou deveria ser para uma entidade cultural ou religiosa. Concertamos, aqui, uma emenda, e a apresentamos, em nome de um colegiado de Vereadores e de Vereadoras, o que fez com que chegássemos a este momento, em que construímos uma nova emenda, trazida pelo Governo. É uma emenda que traz o consenso, que diz o seguinte, Ver. Cecchim: a área não será vendida para o setor privado; a área terá uma destinação pública para atividade cultural, educacional ou religiosa. Então, com esse acordo, nós estabelecemos aqui, na palavra do Líder do Governo, Ver. Ferronato, que votado esse projeto essa área estará sacramentada para ser transferida para o Centro Cultural Religioso de Mãe Maria. Aqui é uma Casa onde se constrói, se constrói com os pontos de vista diferentes, e a lei tem que ficar clara, não pode ter dúvida, não pode ter meias palavras, e a palavra, Ver.^a Any, na política, tem que ser cumprida.

Portanto, nós estamos aqui com a emenda que fizemos em nome de 12, 13 ou 14 Vereadores, aceitando a não votação dessa emenda em troca dessa que nós fizemos em conjunto e com o acordo dos 36 Vereadores, do Prefeito Municipal e de sua equipe, através do Gil, de que este terreno será destinado para lá localizar o terreiro da Mãe Maria de Oxum, ali na Cruzeiro.

Então, como autor que fomos, entre outros Vereadores, nos sentimos aqui tranquilos e honrados. Com a cabeça erguida, digo: discutindo, debatendo, reconhecendo, principalmente, o resgate de quem foi excluído da sociedade e que tem que ser incluído, e este acordo traz que o terreiro da Mãe Maria não será excluído da grande Cruzeiro e vai para próximo do Olímpico, conforme estamos acordando aqui. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01 ao PLE nº 027/12.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, foi feita uma emenda agora há pouco e eu gostaria, Vereador-Presidente, que fosse lida, porque, em primeiro lugar, é importante que a gente não faça algo que não fique adequado o suficiente. (Pausa.) Eu sei, Presidente, mas tem a ver com a Emenda nº 01.

Em especial, referindo-me às nossas lideranças religiosas das religiões afro-brasileiras, este projeto entrou nesta Casa em 4 de maio de 2012, autorizando o DMAE a desafetar e alienar imóvel do seu patrimônio, destinado ao uso especial. Através deste Projeto, o Governo, assinado pelo Prefeito Fortunati, tinha a intenção de autorizar o DMAE a vender, a se desfazer – desafetar e alienar; alienar é vender. É o que está previsto, inclusive, na sequência, no texto, Ver. Airto.

Nós todos construímos um acordo. E é importante que se diga aqui que as Bancadas de oposição já fizeram uma grande grita quando foram vendidas, autorizadas vinte e poucas áreas do DMAE no ano passado, porque o Governo tem uma demanda de um lado... Nós estamos no debate da Av. Tronco, são 1.500 famílias, várias casas de religião, e o Governo, do outro lado, não conversa e manda para esta Casa para vender a área. A oposição chamou atenção para o tema e, depois que nós barramos a votação, o primeiro movimento foi de perguntar onde era o terreno, e aí apareceu toda a luta, todos os encaminhamentos da CUTHAB nesses anos e os presidentes que passaram por ela. Por que eu recupero isso? Porque não sei se a emenda corrige, se nós votamos aqui, Kopittke, essa autorização de alienação. Porque há um acordo, agora, político, de destinação correta, depois de muita briga da oposição. E o Governo não se rende, é muito difícil o Governo aceitar que as emendas desta Casa corrijam, tem que vir aqui o Governo e ele ser o autor, é uma arrogância inaceitável em tempos democráticos, porque este Legislativo tem tanta autonomia e poder quanto o Executivo.

Faço este registro aqui, porque, na segunda-feira, foi derrotada uma emenda que garantia a terra do povo charrua em troca da afirmação de que o Governo, sim, fará, ou seja, esta Câmara não pode fazer, o Governo fará.

Vejam bem, Sr. Presidente e Diretoria Legislativa: há um acordo para destinação para as casas de religião, há uma emenda nesse sentido. Essa emenda terminou com o art. 2º, que fala em avaliação do imóvel, índice de atualização monetária e forma de pagamento constarão no edital de licitação. A lei fala em edital de licitação, licitação para quê? Para

vender? Vai ficar um monstrengo, vai ficar uma letra morta, eu espero! Só que votar a favor dela desse jeito, autoriza, sim, a venda.

Eu gostaria, portanto, de terminar fazendo dois registros: primeiro, a luta do povo negro, do povo afrodescendente, das religiões é vitoriosa, porque aqui têm grilos falantes – neste caso –, porque tem a oposição que é esmagada, muitas vezes, e não é escutada; e, segundo, o texto ainda não está bom o suficiente para garantir essa vitória... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01 ao PLE nº 027/12.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Mãe Maria e demais companheiras e companheiros que neste momento nos dão a honra das suas presenças, há uma emenda que está tramitando agora e eu vim apenas repetir, em nome da Bancada do PCdoB, o que disse a Mãe Maria há pouco para todos nós. Antes de repetir, de tornar público o que ela disse, quero dizer que, independente de emenda ou de qualquer coisa, esse lugar sagrado já foi conquistado pelos que praticam o sagrado. Independente de qualquer emenda, não tem mais volta. E a Mãe Maria pediu paz. Acho que o encaminhamento que temos que fazer é exatamente este: paz! Pediu paz em nome de Oxum, em nome de Ogum. Se me permite, como filha de Iemanjá, eu digo em nome de Iemanjá também: paz! Nós estamos trabalhando com a religiosidade, com crença, com a busca de um espaço que faz para além da caridade, um espaço que dialoga com a evolução espiritual. Eu creio que chega de discutirmos este projeto, que vai ser aprovado, e que é fruto, exatamente, desse trabalho espiritual que tem sido feito, ano após ano, ali no espaço de Mãe Maria, que é uma amostra de todo o trabalho espiritual que é feito no Estado do Rio Grande do Sul, que é feito em nosso País. Eu acho que é isso mesmo que ela disse: paz, e vamos votar este projeto. É dessa maneira que a bancada do PCdoB encaminha com todo o respeito de quem sabe o significado das crenças que hoje estão aqui, trazendo, inclusive, a perspectiva de um pouco mais de paz para esta Casa. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Presidente, eu não fui entendida, talvez seja importante que assim se explique. Ajuda-me a Diretoria Legislativa que o termo “alienar” significa, Srs. Vereadores, extirpar do patrimônio. Esse termo permanece com as emendas. Então, é importante parar, na minha opinião, o encaminhamento para ajustarmos os termos para poder garantir o terreno ao povo que o merece.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Feito o registro.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a Emenda nº 01, ao PLE nº 027/12.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, senhoras e senhores, especialmente a Vereadora e amiga, Sofia, que faz uma afirmação interessante aqui. Inicialmente ela fala da alienação, e alienar não significa vender; alienar significa comprometer com uma base legal para um terceiro, isso pode ser permuta, venda, cedência, troca. Então, não é simplesmente vender, está correta essa expressão. Nós colocamos, pela emenda, alienar publicamente, via público. O projeto e a emenda não são do Ver. Ferronato, nós vamos assinar e todos os Vereadores, Ver. Cassio, que queiram assinar. Então, não é uma emenda do Governo, é da Câmara.

Eu gostaria muito de sua atenção, Ver.^a Sofia, e essencialmente de todos os Vereadores. O terreno é do DMAE – repito, Vereadora, é do DMAE! Está havendo uma transferência do terreno do DMAE – repito, Vereadora, é do DMAE! Está havendo uma transferência do terreno do DMAE para a Prefeitura. É por isso essa expressão do art. 2º. Se V. Exa. quiser paralisar a Sessão, paralisamos, sem problema nenhum, suspendemos. Agora, o que acontece? Nós estamos com dois entes. Necessariamente um terreno do DMAE, que é um órgão público, não pode sair esparramando terrenos por ali. O que ele tem que fazer? Uma lei o autoriza a que ceda para a Prefeitura. A Prefeitura remunera isso e a Prefeitura cede, nessa nossa proposta, para a Mãe Maria, a nossa casa religiosa. Portanto, Ver.^a Sofia Cavedon, o que está escrito aqui? A avaliação do imóvel. É claro que precisa da avaliação do imóvel para que o DMAE seja ressarcido pelo terreno, mas quem faz isso é a Prefeitura. Portanto, está bem, está correto. Estamos dispostos a

pág. 15

suspender a Sessão se assim compreenderem os Vereadores; agora, a nossa proposta, enquanto Governo, é de que esse terreno seja destinado à Mãe Maria, nosso templo, com prazo indeterminado, conforme consta na própria redação daquela emenda, em que eu tentei, sim, buscar uma redação que fosse consenso, mas não se chegou a esse consenso. Portanto, acho que é uma explicação que precisava ser registrada aqui, amiga e Vereadora Sofia. O terreno é do DMAE e vai para a Prefeitura. Já foi, a Prefeitura até já indenizou o DMAE. Essa é a questão. Portanto, paralisamos se V. Exa. assim entender. (Não revisado pelo orador.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Airto Ferronato, para não ter confusão – eu não tenho como encaminhar –, na verdade, nós estamos entendendo que é necessário suprimir os arts. 2º e 3º.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Já está sendo feita uma construção.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Mas é importante, pois o Ver. Airto Ferronato não reconheceu que esta Vereadora apontou um problema sério. Agora temos acordo.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, vamos fazer o seguinte, então, atenção: vamos votar favoravelmente à Emenda nº 03, de minha autoria, que já retirava o art. 2º.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01 ao PLE nº 027/12.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa-tarde, Presidente; boa-tarde, colegas Vereadores, Vereadoras; todos os que nos assistem, quero dizer que serei breve. Mãe Maria, parabéns, eu me senti com vontade de vir à tribuna por causa das suas palavras: “Nós queremos paz”. Então, do nosso Partido, o PSD, composto por mim e pelo Ver. Bernardino, tu tens o apoio, porque eu sei, mãe Maria, como é difícil – não só aqui em Porto Alegre –, neste País, nós fazemos alguma coisa. É muito difícil, parece que a gente tem que pedir esmola, parece que estamos esmolando algo que os nossos antepassados

fizeram e pela qual lutaram. Então, tens o nosso apoio, independente de emenda ou não, terás o nosso apoio, porque eu sou um cara muito religioso através do meu Pai Xangô e da minha Mãe Iansã. Então, tens o nosso apoio. Obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. AIRTO FERRONATO (Requerimento): Requeiro que se votem em bloco as Emendas nº 01 e nº 02, e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 027/12.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Any Ortiz, o bloco composto pelas Emendas nº 01 e nº 02, e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 027/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 26 votos **NÃO**.

O SR. ENGº COMASSETTO: Declaração de Voto. (Lê.): “A Bancada do PT, autora da Emenda nº 01 e da Subemenda nº 01 votou ‘não’ em função do acordo construído nesta Casa pela aprovação das Emendas nºs 03 e 04, que contemplam o objeto da totalidade dos Vereadores”. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Consulto o Plenário se há condições de encaminharmos e votarmos as Emendas nºs 03 e 04 em bloco. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação, o bloco composto pela Emenda nº 03, e pela Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 027/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.** (Palmas.)

Em votação o PLE nº 027/12. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 027/12.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, venho, em nome da Bancada do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores – Vereadores Sofia Cavedon, Alberto Kopittke, Marcelo Sgarbossa e Mauro Pinheiro –, para encaminhar favoravelmente, porque este é um momento daqueles que o parlamento tem que buscar sempre, tem que cultivar, que é o momento em que se constroem acordos políticos para resolver problemas da sociedade.

Eu quero me referir novamente à Mãe Maria e à Elaine, representando o colegiado dos que lutam pela inclusão religiosa, racial e lutam contra a discriminação social.

Esta Casa teve o orgulho, em 2005, de propor, Ver. Ferronato, votar e criar o primeiro quilombo urbano do Brasil, que foi o Quilombo da Família Silva. Orgulha-nos, também, quando propusemos e votamos aqui para que o Mocambo se tornasse entidade cultural da cidade de Porto Alegre. Orgulha-nos quando propusemos o projeto para a construção do busto a Oliveira Silveira – votado e aprovado, precisa ser construído agora –, o poeta lá de Rosário do Sul, que construiu a política da consciência negra no Brasil. Orgulha-nos termos aqui, nos auxiliando na Bancada, a Ivonete Carvalho, que coordenou e implantou no Governo Lula a política dos quilombolas no Brasil, como um todo. Orgulha-nos dizer que o parlamento é o local de falar, é o local de conversar, é o local de concertar, é o local de construir soluções.

O que nós pedimos aqui, neste momento, Ver. Aírto Ferronato, prezado Gil e Secretário Marcos Botelho, que vieram aqui construir essa solução, a partir do debate que aqui fizemos – quero registrar que as nossas emendas serviram, Ver. Mario Manfro, para que esse debate se construísse –, que se marque de imediato, Ver.^a Jussara Cony, uma agenda com Mãe Maria e com toda a comunidade que aqui está, para concretizar esse processo, porque nós sabemos que tem que haver toda uma concretização: tem que haver parecer da Fazenda, tem que haver registro, tem que haver documentação, tem que haver toda uma elaboração. Portanto, venho aqui, obviamente, trazer a compreensão que os colegas Vereadores e Vereadoras tiveram, e digo a todos, prezado Ver. Delegado Cleiton, que este debate traz toda a grandeza da unidade de um parlamento, já que nós protagonizamos outro dia um debate mais acalorado. O importante é o resultado. Sinto-me aqui gratificado, como legislador, por estar ajudando a construir este processo, em nome do meu Partido. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 027/12.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, vamos votar o projeto, e para encurtar e ser bastante rápido, vou dizer que nós concordamos com toda a exposição que fez o Ver. Engº Comassetto; foi uma construção coletiva, onde Executivo e Legislativo estiveram juntos, onde Vereadores se empenharam desde o início com apresentação de emendas. E gostaria de dizer que nós concordamos com o pedido que faz o Ver. Engº Comassetto de que, em breve, faremos, sim, encontro com a comunidade para que se comemore, que se faça um registro dessa ação que é uma ação da Cidade para, essencialmente, o povo negro, mas não só para o povo negro, para aqueles que cultuam a religião afro aqui na nossa cidade de Porto Alegre. Estamos juntos! Obrigado, um abraço! (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero agradecer ao Roberto, que tem nos ajudado muito na estrutura da casa. Muito obrigado, Roberto!

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 027/12.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, sabemos que existe uma independência desta Casa com os outros poderes. Sabemos que todas as discussões aqui, mesmo acaloradas, são discussões que direcionam a uma forma de ser, a uma forma de representar uma comunidade. E venho aqui feliz, orgulhoso, por assim dizer, e o nosso orgulhoso é uma coisa muito forte, não é, Mãe Maria? O nosso orgulho tem um significado muito forte. Então estou orgulhoso de participar dessa discussão, de participar desse movimento e de poder ajudar no resultado positivo desse pleito. E não termina aqui, Mãe Maria. Não termina aqui, Kopittke; não termina aqui, meus companheiros Mario, Janta, Márcio, Dr. Thiago, Nereu, Luiza. Não termina aqui esta luta. Mãe Maria hoje é um símbolo, hoje é

uma marca, hoje é o começo de uma luta. Mãe Maria, hoje é o começo de uma luta que iremos travar para que não aconteça mais com nenhum ilê desta Porto Alegre, para que este respeito venha como veio hoje, como veio do Governo Fortunati, formatado nesse projeto que gostaria que todos os colegas aprovassem. Este Governo foi sensível a esse pleito, foi sensível a essa luta, foi sensível à nossa luta e foi sensível à luta do povo negro. E que bom que tenhamos aqui representantes sensíveis a essa luta. Não precisa ser negro, é necessário ser sensível, é necessário ver o passado e ver o presente, e está aí o Ver. Cláudio Janta, sindicalista, hoje infelizmente fora das fileiras do nosso partido, mas é um dos representantes dos sindicatos, da Força Sindical, da mão do trabalhador, e nós, Mãe Maria, construímos este País, somos o braço forte da construção, do trabalho deste País. Então, nada mais justo que exista esta sensibilidade. E, se não existir esta sensibilidade, Mãe Maria, nós lutaremos para que a coisa aconteça, e foi assim na luta do Zumbi. Nós comemoramos hoje a Redentora, Princesa Isabel, mas foi com a luta do Zumbi, e esta é a nossa prática, é a prática de luta, é a prática de buscar nossos direitos, nossos direitos quebrados quando viemos para cá em navios podres que tratavam o ser humano como animais, e, com a nossa força, hoje sobrevivemos e estamos aqui, infelizmente ainda tentando nos apoderar, mas já alcançamos alguma coisa.

Então, Mãe Maria, este momento de hoje é muito especial para mim, é muito especial para a senhora, mas, principalmente, eu acho que é muito especial para o Executivo e para o Legislativo, para nós aqui, para todos os Vereadores que vão aprovar este projeto hoje. É o começo de uma luta, um começo de uma luta pelos ilês, pela Cultura, pela religião afro. Axé, Mãe Maria, obrigado, e peço a todos que votem a favor deste projeto. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tarciso Flecha Negra, o PLE nº 027/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM**. Parabéns, Mãe Maria, Mãe Sandrali, membro do Conselho de Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul.

Em discussão o PLE nº 029/13. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 029/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, nosso abraço às lideranças pela vitória, pela construção do projeto recém aprovado.

Alerto que estamos iniciando a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias. A relatoria rejeitou a maioria das emendas. Neste momento é importante que façamos o debate das proposições. Das minhas emendas, a Emenda nº 07 propõe que na Lei Orçamentária de 2014 sejam previstos recursos para integralização no valor de repasse ao atendimento das crianças das instituições infantis conveniadas com a Prefeitura de Porto Alegre no mesmo montante do custo-aluno Fundeb.

Sr. Presidente, eu gostaria que nós parássemos o tempo e pudéssemos recompor o plenário, porque eu acho que o debate da LDO vai ficar prejudicado. Não sei se é possível, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Vereadora, só se nós suspendermos a Sessão.

A SRA. SOFIA CAVEDON: O meu tempo está correndo. É porque, veja bem, vou seguir. O parecerista...

(Aparte antirregimental do Ver. Professor Garcia.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Não, eu não quero tirar foto, Ver. Professor Garcia. Eu acho muito sério que a gente esteja discutindo LDO e vai votar Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano que vem sem um debate com todos os Vereadores. O parecerista Ver. João Carlos Nedel rejeita essa emenda, vejam só, senhores, dizendo que a proposição é contrária ao interesse público! Propor que o recurso do valor Fundeb, que a Prefeitura só recebe porque a creche atende a criança, porque se a creche não atendesse a criança, Ver. Janta, a Prefeitura não reteria esse recurso do Fundeb. Sabe o que a Prefeitura faz, Ver. Nedel? A creche comunitária atende a criança, passa o nomezinho da chamada das crianças para a Prefeitura através do censo. Com esse censo escolar, Ver. Sgarbossa, a Prefeitura contabiliza a criança da creche comunitária para receber o valor Fundeb. O que a Prefeitura faz ao repassar o convênio? Repassa mil reais/ano menos para a creche. Ela recebe em cima da criança que a creche atende e repassa valor a menos! E a creche

pág. 21

comunitária é obrigada a cobrar dos pais das crianças! As creches comunitárias estão na periferia da cidade de Porto Alegre. Há escola infantil conveniada que têm 50, 60 bebês, Ver. Tarciso, na fila de espera; bebês esperando vagas para serem atendidos! O déficit na Educação Infantil em Porto Alegre é enorme. Eu estou apenas dizendo que, no ano que vem, porque não fez este ano, no ano passado, no atrasado, deve, sursurupia, fica com o dinheiro das creches comunitárias. Eu estou propondo, na Diretriz Orçamentária, que a Prefeitura repasse o integral que ela recebe! E o que diz o Relator? Que isso é contrário ao interesse público, Ver.^a Fernanda, e rejeita a emenda como diretriz. Eu pergunto se isso não é sério. Essa denúncia já foi feita no Ministério Público, no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, no Conselho do Fundeb, e tem o processo no Ministério Público! Eu denuncio isso aqui e digo que é hora de corrigir. Não é possível que a creche atenda, que o Fundeb repasse o valor daquela criança e a Prefeitura fique com dinheiro, repassando mil reais a menos/aluno para cada creche. E nós visitamos creches, Ver. Tarciso. As creches se matam para arranjar recursos para manter o atendimento das crianças porque elas recebem a menos do que custa atender a criança o dia inteiro, seis refeições, Brasinha, turno integral. Escuto V. Exa. se o Presidente segurar o tempo.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Sofia, me desculpa, eu sempre a chamo de professora. O que a senhora quer dizer com a palavra sursurupia? Traduza para mim.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Retira, Ver. Brasinha. Sursurupia é retira. É um recurso que a Prefeitura recebe porque ela tem as crianças atendidas pela creche. A Prefeitura ao invés de mandar esse recurso para a creche, ela tira, ela fica para os seus outros gastos e não repassa para a creche comunitária. Então, aí usei o termo sursurupia, retira.

O Sr. Alceu Brasinha: Não me convenceu, mas tudo bem.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Tudo bem, mas isso é real e acontece. Veja bem.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 029/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Vereadoras, Vereadores, eu queria seguir na linha da Ver.^a Sofia Cavedon, que falava das emendas rejeitadas pelo Relator, a emenda da Vereadora que trata do cumprimento da legislação e da garantia de mais recursos do Fundeb, a emenda do Ver. Cláudio Janta, que coloca a janela para o posto de saúde 24 horas; são duas emendas que, na verdade, estão diretamente vinculadas com discussões que a população tem feito e pelas quais tem lutado no nosso País. Primeiro, mais recursos para a educação básica. E esta discussão a Vereadora tem feito desde a votação da LDO, também no ano passado. E o Ver. Cláudio Janta, em relação à luta para que os postos de saúde se transformem em 24 horas.

Nós sabemos que na LDO tem que constar janelas para que, depois, na Lei do Orçamento se tenha como destinar as rubricas para esses programas que estão sendo previstos, assim como a luta pela Semana Municipal do Hip-Hop, que fique constado no item de infância e juventude, protegida como uma política permanente, como uma política de Estado, para que não se tenha que, todo o ano – e no ano que vem também –, lutar para que conste no Orçamento. Nós esperamos que já venha, no Orçamento, a Semana Municipal do Hip-Hop, que é uma Lei Municipal, que todo o ano nós temos a luta para garantir os recursos para incentivar o *hip-hop*, as várias expressões de luta e de cultura popular da periferia: o grafite, o *rap*, o *skate*, a questão do 1% da receita líquida para a aplicação de projetos diretamente vinculados aos esportes. O incentivo aos esportes é fundamental, seja na luta pelo desenvolvimento de uma vida saudável, seja pela possibilidade de o Estado aparecer antes nas comunidades do nosso Município para os jovens, para as crianças, para uma alternativa de esportes para os idosos. Está se pedindo apenas 1% do orçamento para a rubrica dos esportes. Então, nós temos um conjunto de emendas que qualificam muito a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, na nossa opinião, evidentemente, Ver. João Carlos Nedel, segue com o prumo equivocado, segue priorizando os milhões para a publicidade, ainda que aqui não se tenham valores, mas as rubricas previstas que nós discutimos quando do Plano Plurianual.

Também há a questão dos milhões de reais destinados para as obras temporárias da Copa, uma Copa que dura 15 dias e que terá apenas cinco jogos no nosso Município; e a previsão, como tinha no Plano Plurianual, é de R\$ 40 milhões para a Fan Fest, para as estruturas temporárias. É quase o que se gasta anualmente nos projetos de habitação! E nós temos, no nosso Município, 700 comunidades irregulares; nós temos a luta das comunidades pelo direito aos programas habitacionais. O Minha Casa, Minha Vida, em Porto Alegre, de zero a três salários mínimos, é uma vergonha! São 54 mil inscritos e menos de 3 mil casas entregues ao nosso povo. E a Prefeitura destinará, para as estruturas temporárias da Copa, o mesmo que gasta anualmente para a habitação popular. Parcos recursos diante de enormes dificuldades. Parcos recursos! E é por isso que nós não temos acordo com essa visão do Governo, com os R\$ 30 milhões destinados por ano, nos próximos quatro anos – como dizia no Plano Plurianual –, para a publicidade. Enquanto se aprofundam uma série de problemas sociais no Município, enquanto várias categorias dos municipais, os trabalhadores da governança, a turma aprovada no concurso de técnico em enfermagem, os aprovados da Guarda Municipal lutam pelo direito ao trabalho, mas, sobretudo, pela valorização do serviço público, e o argumento do Governo é que não tem dinheiro. Na verdade, não tem dinheiro para as áreas sociais. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Eu só queria saudar o nosso Prefeito de Passo Fundo, cidade em que eu me criei, Luciano Azevedo. É um prazer tê-lo conosco, “na frieza invernal do crepúsculo de junho, conturbado o trânsito da Av. Brasil, não me deixava distinguir com clareza as palavras do cantador no rádio do automóvel”.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 029/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Presidente. Bem-vindo, Prefeito! Prefeito de Passo Fundo, que faz parte da grande Ibiraiaras... brincadeira! Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estou eu aqui nesta tribuna, com muita tranquilidade, para concordar com a Ver.^a Fernanda Melchionna sobre a publicidade. Não a publicidade do Município, eu só queria falar da publicidade da Caixa Federal. Esta sim, faria muitas casas pelo Brasil afora, a publicidade só da Caixa! Eu não vou falar da Petrobras porque lá eles quebraram

a Petrobras, quebraram. Mas voltando aqui para a nossa Cidade e ao discurso da Ver.^a Sofia. A Ver.^a Sofia tem de parar de dizer inverdades aqui nesta tribuna. A senhora não disse aqui que esses recursos não são do Fundeb, ou só a senhora não sabe? Até 2012 o Município é deficitário no Fundeb, esses recursos são do Brasil Carinhoso, ou a senhora não gosta da Presidente Dilma? A senhora não sabe que isso não são os recursos do Fundeb? A senhora tem que vir aqui e dizer quem é que sarrupia, onde se sarrupia e quais são as entidades. Dê o nome. Dê o nome, eu lhe desafio a dar o nome. A senhora não tem coragem de fazer isso, mas tem coragem de atirar penas ao ar. Isso não se faz mais, passou esse tempo, não se faz mais, tem que esclarecer, esse recurso é do Brasil Carinhoso, um Programa do Governo Federal que é muito atento a isso e que fiscaliza isso. A senhora não sabia que é do Brasil Carinhoso? Isso é para criança de zero a quatro anos, de pessoas que estejam no Bolsa Família e as crianças estejam na escola. A senhora tem que se informar ou ter boa-fé para falar isso aqui, não pode atirar no ar sem saber, não pode ir correndo. A senhora se queixou, na semana passada, que eu estava faltando com o respeito quando lhe disse que pegava carona, e hoje a senhora vem aqui, fala em sarrupiar, e acha que não é desrespeito? Não sei o que a senhora quer tratar como respeito. Eu tenho muito respeito por todos, agora não dá para vir aqui e dizer que estão sarrupando. De quem e quem sarrupia? Esse é um Programa do Governo Federal, que é bem fiscalizado, felizmente é um dos que é bem fiscalizado; do Governo Federal, da sua Presidente, que é Presidente do Brasil.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Idenir Cecchim, eu posso compreender, o senhor não é da área, houve um equívoco, penso que o informaram mal. O Governo Federal, o Brasil Carinhoso, não financia as creches comunitárias. O recurso repassado às escolas infantis conveniadas é recurso orçamentário, sim, e é recurso vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb, e dentro estão a educação infantil, fundamental e média. O Brasil Carinhoso é outro programa, vai direto para a mãe. O Proinfância, do Governo Federal, vem para construir creche comunitária. Podemos abrir todos os programas, mas recurso continuado de custeio é Fundeb.

O SR. IDENIR CECCHIM: E nós estamos deficitários. A arrecadação do Município está deficitária com isso, Vereadora, a senhora não disse isso, nem no microfone agora, era uma oportunidade para esclarecer.

A Sra. Sofia Cavedon: Está bem, esse aspecto é importante. O Fundeb recolhe 20% de todos os impostos num Fundo estadual e devolve ao Município, conforme o número de alunos. É fato que o Município ainda deixa recursos no Fundo, que vai para o Estado ou para outros Municípios, mas por que deixa, Ver. Cecchim? Pelo tamanho da sua matrícula. Significa que todas as matrículas das creches entram e contabilizam. O que estou afirmando? Recurso que vem em nome de cada criança da creche não chega na creche, a Prefeitura usa para outra coisa, ela usa para outras ações na educação.

O SR. IDENIR CECCHIM: São essas coisas que eu cobro que V. Exa. diga.

A Sra. Sofia Cavedon: Mas não repassa no mesmo valor que as creches mereciam receber, porque elas contribuem para recuperar recurso do Fundeb.

O SR. IDENIR CECCHIM: Bom, quanto ao merecimento, cada um tem o seu juízo, eu acho que as creches deveriam ter autonomia. Todos querem que as crianças estudem, agora não dá para dizer que alguém está surrupiando de alguém. Então, Vereadora, fizemos um debate e, quanto a eu não ser do ramo da educação, quero lhe dizer o seguinte: mesmo eu não sendo do ramo, eu tento ter educação e respeito por todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 029/13.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores, este debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias é um dos que considero mais importante que esta Casa faz, porque aqui está o projeto de cidade, de desenvolvimento.

Ao longo dos últimos nove anos, sempre que debatemos o Orçamento, tenho analisado a sua aplicação que aprovamos nos anos anteriores e o seu desempenho.

Aqui quero fazer um registro: a discussão que temos feito sobre a gestão da Cidade tem nos preocupado em demasia. Aqui tem um conjunto de projetos e programas que devem apontar para que a Cidade se desenvolva com inovação na questão do saneamento básico, na pavimentação, etc. Acontece, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. João Carlos Nedel, que participam do debate, que a Prefeitura não tem conseguido aprovar projetos para serem desenvolvidos na Cidade. A Secretaria do Urbanismo, Secretaria que era do Planejamento, está paralisada. Aprovamos, no ano passado, a reforma administrativa, mas ela tem que vir para que esses programas se tornem realidade. Todas as obras já têm recursos destinados e contratados, nesses últimos anos – R\$ 5,4 bilhões para Porto Alegre –, do Governo Federal para as diversas áreas.

Mas quero me deter no tema da mobilidade urbana, um dos grandes problemas da Cidade, porque todas as obras que estão em execução, do PAC, estão paralisando ou paralisadas. Por quê? Porque o problema de gestão não produziu os projetos em tempo hábil, não encaminhou para liberação dos recursos na Caixa Econômica Federal. Nós viemos aqui, no mês de fevereiro e no mês de janeiro, trazer essa preocupação e propusemos ao Prefeito e à sua equipe uma agenda para poder discutir e ajudar a resolver os gargalos; e isso não foi feito até o momento. Em qual situação que nos encontramos hoje? As obras estão paralisando, a Prefeitura exauriu o seu caixa – hoje, a Prefeitura está no vermelho. Isso tem que ser uma preocupação de todos nós.

Portanto, esses programas que vêm aqui, sendo listados e ditos... E eu pego, por exemplo, a ampliação da rede de saúde básica. O Fogaça disse, em 2005, que elevaria para 250 o número de Postos de Saúde da Família, hoje nós temos entorno de 120.

Portanto, cada vez que nós formos aprovar um projeto que dirá o que se fará no futuro, nós temos que cobrar o que não foi feito o que nós já aprovamos aqui, e com recurso. Então, há um problema de gestão. Eu falo aqui, principalmente neste momento, que os meus colegas arquitetos, engenheiros, geólogos, biólogos, estão todos, Ver.^a Mônica Leal, indo embora de Porto Alegre porque não conseguem aprovar projetos na Cidade, projetos que geram riqueza, que trazem desenvolvimento. Então, isso é um problema de gestão, e gestão significa Lei de Diretrizes Orçamentária, significa orçamento bem aplicado e bem resolvido.

Eu trabalhei, nesses últimos dias, no Ministério das Cidades construindo o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, que é um trabalho positivo para todas as cidades. Agora, cada um tem que fazer a tarefa de casa.

Então, eu registro que não basta aprovarmos esta Lei de Diretrizes Orçamentária se nós não identificarmos onde estão os estrangulamentos. Neste momento, Porto Alegre tem estrangulamento na elaboração e aprovação de seus projetos. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLE nº 029/13.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Caros colegas, estamos aqui, novamente, fazendo a discussão daquelas medidas legislativas que são a base estruturante da nossa Cidade, mesmo que o Orçamento no Brasil... Efetivamente, isso é um tema que eu trago, porque cabe a nós aqui, como lideranças, um dia conseguirmos corrigir isso em nível nacional, todos os partidos, inclusive, transformar efetivamente o Orçamento em uma peça real de gestão, porque hoje ele realmente não tem aquela força que deveria ter como ferramenta de gestão, como pactuação de metas, como compromissos que o governante traz desde o processo de sua campanha eleitoral. E cito como um bom exemplo – aproveitando aqui essa fala mais genérica sobre gestão pública – o que acontece, hoje, em São Paulo, quando um grupo de empresários, de lideranças da sociedade civil, dos movimentos sociais se uniram na organização Nossa São Paulo e transformaram em lei todas as propostas que os candidatos apresentaram no período da campanha, transformando-as automaticamente em compromissos que vinculam o prefeito em exercício, inclusive cabendo apontamentos diretos para o Tribunal de Contas do Estado. Então, acho que é uma medida importante de talvez nós conhecermos; tem sido muito elogiada como um novo patamar da gestão pública.

Voltando aqui para a nossa realidade, trago, novamente, duas preocupações que eu tenho debatido todas as vezes em que nós discutimos o Orçamento neste ano. Primeiro, um tema que vários colegas aqui debatem e pelo qual se interessam, que é a segurança pública. Como eu já apontei nas outras peças orçamentárias no PPA, infelizmente,

segurança pública é a política esquecida aqui no nosso Município, sendo que ela tem reservado, ao longo desses quatro anos, nada mais, nada menos que 0,02% do Orçamento do Município para ações de prevenção à violência. E aqui eu acho que nós já superamos aquela etapa defasada do País, de que segurança pública era igual à polícia. Eu estou falando de um conjunto de ações que nós deveríamos incorporar sob responsabilidade do Município, de prevenção primária, secundária e terciária da violência, como, por exemplo, discutimos o projeto do Ver. Nereu D'Avila, de atenção aos egressos, e que nós todos aqui elogiamos. Bom, será que não cabe ao Município também ter, na sua assistência social, um programa efetivo para os egressos, além da – em breve – Lei, que deve priorizar os egressos no serviço público? Então, são ações, são medidas que nós chamamos, hoje em dia, de segurança pública, uma concepção alargada. E qual é o problema hoje? Não é culpa do atual Secretário, ou do nosso colega Nereu, que também foi Secretário. A Secretaria de Segurança do Município não tem um centavo para investir, não tem recursos para desenvolver ações de prevenção! Então, é um tema que eu trago como contribuição ao debate, é uma discussão que nós precisamos fazer, eu, inclusive, trago um projeto aqui de estudo de impacto de segurança para tentar ajudar a buscar fundos para que o Secretário possa fazer o seu trabalho. Então, é um tema importante, todas as vezes que nós discutimos as diretrizes, esse não é um problema só de Porto Alegre, vários Municípios do País, a maioria ainda não incorporou o tema da segurança. Eu cito sempre o exemplo do trabalho que tive a oportunidade de fazer em Canoas, em que o orçamento de segurança era 0,3% quando nós entramos, também era a menor Secretaria; e, quando nós saímos, hoje, o orçamento de segurança de Canoas, do Prefeito Jairo Jorge, é de 2,4% – um avanço, uma construção para uma Cidade sem violência.

E, por fim, a nossa preocupação, e que outros colegas aqui já levantaram, com a capacidade de investimento do Município. Nossa Cidade está perdendo totalmente sua capacidade de investimento, suas contas estão ficando comprometidas por um formato de gestão equivocado, que privilegia os cargos em comissão, os cargos políticos. Hoje a Cidade tem mais de 1.200 CCs, e isso é um equívoco que compromete toda a estrutura dos servidores, a capacidade de aumentar salários e a capacidade de investimentos na nossa Cidade. Esse é um tema que nós dizíamos e fomos, em dezembro, em janeiro e março, acusados aqui, Ver.^a Sofia, de sermos caranguejos. Oito meses depois, o próprio

pág. 29

Prefeito veio a público anunciar a quebra da Prefeitura, que, mesmo assim, continua aumentando suas diárias – um tema que nós vamos discutir com calma. É importante isso para que não se comprometa não esta gestão, mas o futuro da Cidade, porque me parece que algumas movimentações financeiras estão e podem comprometer os próximos 10 anos de investimentos de Porto Alegre. Esse é um tema que cabe a esta Casa acompanhar com toda a atenção e importância que merece.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Bernardino Vendruscolo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 029/13, por cedência de tempo do Ver. Marcelo Sgarbossa.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, apesar de alguns Vereadores acharem – poucos – que discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2014 é atrapalhar, eu acho bastante grave e lamento o esvaziamento desta Câmara. Acredito, inclusive, que, se houver verificação de quórum, não teremos como votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014. E acho que não é sério com a Cidade. Eu quero aqui discutir outras emendas que foram rejeitadas. Vejam bem, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 serão previstos recursos para a realização da Semana Hip-Hop, conforme a Lei nº 13.378. A emenda é inconstitucional, pois vai de encontro à autonomia dos poderes. Vejam, senhores, esta Casa gerou uma lei, Ver. Tarciso, e, quando o movimento *hip-hop* veio aqui, fez uma Tribuna Popular, há duas semanas, dizendo que não tem recursos e que a Prefeitura não encaminha a sua Semana Hip-Hop, eu ouvi todos os Vereadores fazerem um apoio aqui ao *hip-hop*. O relator diz que não pode votar como diretriz prever recursos para realizar uma lei, votada e sancionada nesta Casa? Diz mais: diz que isso é inconstitucional. Eu estou solicitando destaque das emendas rejeitadas. E eu falo para a população de Porto Alegre: essa é uma delas; a outra são recursos para as creches comunitárias. As creches comunitárias atendem crianças de zero a cinco anos, na periferia da Cidade, com muito menos dinheiro do que precisam para atendê-las, e os pais têm que fazer festinhas, têm que fazer mutirão, estão sempre pedindo dinheiro para poder atender às crianças o dia inteiro. Esta

pág. 30

aqui é para cumprir uma lei; é pouquinho recurso, é prever recursos – Sr. Gil, que representa aqui a Prefeitura –, e que foi rejeitada. Eu acho que os Vereadores tinham que recuperar o debate aqui em plenário. E o Vereador-Relator vai atrás de mim, de mesa em mesa, dizendo que o problema é que eu atrapalho. Ora, imaginem, discutir e disputar recursos para creches comunitárias e querer discutir que elas recebam pelo menos o que elas fazem o Município ganhar pelo Fundeb, porque elas não recebem, é atrapalhar. Desculpem-me, mas eu acho que isso é ser sério com o Poder Público, com as crianças e adolescentes; é ser sério, e não demagógico, porque, quando vem o *hip-hop* a esta Casa, todo o mundo presta homenagem, e quando é hora de colocar os recursos, por poucos que sejam, para que aconteçam atividades do *hip-hop*, bom, aí não dá. A gente tem que ser sério. De demagogia, chega. A população está cansada de demagogia.

Tem uma outra emenda rejeitada aqui, para a construção do Centro Cultural Indígena do Povo Charrua, com reserva de recursos para isso, uma demanda do povo charrua, que se mobiliza, que não quer só as suas casas, que quer um espaço coletivo para ensinar, para reunir a aldeia, as crianças e oferecer cultura. Está rejeitada; o Relator não acha que é importante.

Outra emenda, a previsão, vejam bem, de diretriz orçamentária para que garanta, em 2014, a construção de escolas conquistadas no Orçamento Participativo: a Escola Quinta do Portal, a Embratel e o Loteamento do Bosque. Senhores, são escolas conquistadas há muitos anos no Orçamento Participativo. A Escola da Embratel é na Oscar Pereira. As crianças pequenas de seis, sete anos pegam ônibus – isso eu falo aqui há anos. E a SMED não consegue priorizar! A SMED prioriza comprar uniformes, que todos viraram pó, estão estragados, as crianças não estão usando; sete milhões, e a empresa não entregou todos os uniformes ainda. Se a gente incide e traz aqui é porque muitas vezes a gente ouviu a comunidade, muitas vezes a comunidade berrou. A comunidade não tem a escola que ganhou no Orçamento Participativo, o terreno está lá! Então, isso aqui é reforçar o que já foi decidido.

Encerro, dizendo o seguinte: escute a oposição, Ver. Nedel. Não desrespeite a oposição e colegas Vereadores que estão tão eleitos como Vossa Excelência. As proposições aqui são todas legais. Há uma definição política de rejeição. E haverá uma definição política, se não houver assinaturas para que se possa votar em plenário e apenas a opinião do Sr. Relator prevaleça. É muito pouco perto do que a Cidade espera desta Casa.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLE nº 029/13.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em nome da Bancada do PCdoB, quero fazer algumas considerações. Basicamente são três pontos, e depois, Ver.^a Sofia, iremos aprofundar também essa discussão em relação às emendas e à oportunidade que eu acho que o Governo perde de corrigir a falta de diálogo que inclusive houve não só no PPA mas agora também. E eu começaria por aí.

A LDO vem num espaço de tempo muito curto para a discussão; a Mensagem Retificativa chegou três dias antes do prazo de apresentação das emendas. Eu acho que esse é um problema sobre o qual nós temos que dialogar com o Governo, inclusive, que é um problema de gestão. Falta uma dinâmica de gestão para aproveitar ferramentas importantes como o PPA, a LDO e depois vai vir o Orçamento. Essas são ferramentas decisivas, sob o ponto de vista de gestão pública, para qualidade de vida e políticas públicas que cheguem na vida das pessoas. Então, nós cremos que não é uma boa maneira de administrar não atentando para a ferramenta de gestão e a falta dessa dinâmica para garantir a contribuição inclusive deste Legislativo; e quero destacar aqui que a dificuldade foi mais na LDO do que no PPA. Sabemos que a LDO é uma diretriz política. Temos noção disso, sabemos o que é gestão pública, fomos partícipes de gestão federal dentro do Grupo Hospitalar Conceição e de gestão estadual no Governo Tarso, na Secretaria de Meio Ambiente. Nós sabemos. É uma diretriz política, é natural que seja um documento do Governo, mas no estágio democrático que nós conquistamos neste País, é importante que o Legislativo possa ter a sua participação. Afinal, é no Legislativo que temos o maior número de forças políticas comprometidas também, e por isso estão aqui, com a gestão da cidade. Eu não entendo que a gestão da cidade possa excluir um Poder Legislativo.

O segundo ponto vai um pouco também nesse rumo do diálogo como fator de gestão, crescimento e democratização de decisões. Gestão pública para o crescimento da cidade, e quando eu falo em crescimento, não é só desenvolvimento econômico, mas é social, é desenvolvimento humano, é qualidade de vida, é transversalidade de políticas públicas

para materializar na vida das pessoas a sua qualidade de vida, nos munícipes que pagam impostos. E a democratização das decisões também. Esta é uma Casa que tem uma dinâmica política diferenciada, é um Poder Legislativo. Nós temos ferramentas, inclusive dentro das próprias Comissões que decidem, enfim, aquilo que é importante para a Cidade.

Eu espero que a postura em relação ao Orçamento seja diferente. É isso que a Bancada do PCdoB espera, com tempo para diálogo, para que se possa refletir, para que se possa dialogar com a sociedade e dar a nossa contribuição – nossa contribuição, quando eu digo, é de todo o Poder Legislativo –, para primar que o nosso Orçamento reproduza o que se discute e que nós possamos contribuir. Nós discutimos e contribuimos, todos nós, com o PPA, mesmo com pouco tempo. E aqui eu sempre ressalto a figura do Ver. Villela, que teve um papel importante no processo do PPA, absorvendo emendas, dialogando através da Comissão e inclusive sendo artífice em determinados momentos da evolução de determinadas emendas que, na discussão, o Vereador também assumiu que eram importantes. Então eu acho que essa relação com o Legislativo é importante. A CEFOR aprovou somente duas emendas, das 13 apresentadas, e eu me perfilo aí. Assinei o documento da Ver.^a Sofia Cavedon; não vou dizer todas as emendas, acho que a Vereadora destacou três que nos tocam muito, que é a questão das creches, das escolas que vêm da luta do Orçamento Participativo. Nós não podemos deixar de fora a questão do controle social. Essa é um conquista de Porto Alegre e que colocou Porto Alegre no mundo! Então aquilo que vem da luta do Orçamento Participativo e a própria questão do *hip-hop*, que esteve aqui, é para cumprir uma lei! Apenas se quer o aporte de recursos para que a lei seja cumprida.

Em resumo, nós queremos dizer que as diretrizes aprovadas pelos Vereadores têm expressado, e acho que devem expressar, uma carta de intenções política do Município. O Município tem que atentar para essas nossas intenções, e nós devemos centrar, estamos centrando, buscando nas políticas que melhorem e qualifiquem a vida do povo, e nas emendas que foram aprovadas no PPA, por nossa Bancada, por todas as Bancadas, com os legítimos desdobramentos em torno da LDO.

E finalizo dizendo que espero, a Bancada do PCdoB, que nós tenhamos mais tempo, que nós tenhamos mais possibilidade de diálogo, e que esse tempo e esse diálogo desta Casa seja absorvido sob o ponto de vista das dotações do Orçamento, que, em seguida,

dentro dos prazos regimentais, nós vamos ter que discutir. E que o governo atente para que os prazos aqui estabelecidos. Não é que nós queiramos estar fazendo uma discussão fora do rumo do que queremos para Porto Alegre; pelo contrário, acho que, quanto mais democratizar a discussão do dinheiro público, seja na União, no Estado ou no Município, mais nós estamos contribuindo para um Brasil com desenvolvimento, e esse desenvolvimento começa nas cidades. Agora, desenvolvimento sem diálogo, sem falta de tempo, sem observação do que um Poder Legislativo pode contribuir e está contribuindo, isso nos parece que entrava, além de não usar uma ferramenta importante como é um PPA, uma LDO e um orçamento. Esta é a posição da bancada do PCdoB, chamando, portanto, o Governo a atentar um pouco mais para aquilo que se discute, se faz, se trabalha em todas as bancadas nesta democrática Casa Legislativa, com um maior número de forças políticas em ação e que dialogam através das comissões temáticas. Eu sou uma fã das comissões temáticas. Acho que lá é que nós dialogamos as necessidades, recebemos a população, recebemos o controle social, e temos a obrigação de dar dinâmica. Não se governa sozinho um Executivo! Uma cidade é toda essa amplitude, é Executivo, é Legislativo e é, principalmente, controle social. Muito obrigada. (Não revisado pela oradora.)

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze Vereadores presentes. Não há quórum para continuarmos na Ordem do Dia.

(16h39min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Caros colegas, aproveito a oportunidade da discussão de Pauta hoje, este momento sempre relevante da discussão de conteúdo das nossas propostas, para apresentar aos colegas um projeto em que venho trabalhando desde o início do ano que obriga a utilização de sistema de identificação biométrica nas entradas dos estádios de futebol da nossa Cidade, especificamente o Beira-Rio e a Arena. Essa proposta teve uma repercussão forte até na mídia no início do ano quando da inauguração da Arena e agora novamente na discussão sobre a permanência da Brigada Militar dentro dos estádios de futebol.

Gostaria de explicar aos colegas a origem dessa proposta, que é exatamente no que vem sendo implantado em vários estádios do mundo, estádios de primeiro nível. Por exemplo, na Ucrânia, na última Copa da UEFA, todos os estádios já tiveram esse sistema; na Argentina, a Confederação Argentina de Futebol está implantando, nos 24 estádios dos times da 1ª Divisão da Argentina; em Barcelona, também, vários estádios que já têm usado esse sistema que funciona de forma bastante simples, com um cadastramento prévio dos torcedores que frequentam o estádio, e depois basta apenas botar a digital e ingressar no estádio, inclusive não vai ser necessário nem mais a utilização dos ingressos impressos nem da carteirinha de sócio; os clubes vão se beneficiar, inclusive, em que as pessoas não vão mais passar a carteirinha do sócio para outras. Enfim, é um conjunto de vantagens que vai ser criado, e facilidades mesmo na própria gestão do estádio.

Já tive oportunidade de apresentar esse projeto no Grêmio, no Inter, para a OAS, que faz a gestão da Arena, e, nesta semana, recebi, com muita alegria, o Promotor responsável por esse novo serviço que o Ministério Público criou, específico para as torcidas, para os estádios. O Promotor veio exatamente transmitir o apoio do Ministério Público a esse projeto, que vem, na verdade, concretizar aquilo que já diz o famoso Estatuto do Torcedor, uma Lei Federal de 2001, que colocou a responsabilidade da segurança dos estádios nos times, nos clubes, ou, agora, nas empresas que fazem a gestão dos estádios. São eles que têm que arcar com os custos e com a responsabilidade desses serviços, inclusive do monitoramento de câmeras que os estádios hoje já têm também.

Mas nós ainda não implantamos. E, com este projeto, que vai custar algo em torno de R\$ 400 mil, no máximo R\$ 500 mil – eu tirei esse orçamento com base no que foi gasto na Olimpíada de Londres, no estádio principal da última Olimpíada –, que é um investimento

que vai ser preciso fazer uma vez só, Ver.^a Sofia, a partir daí, nós vamos ter um estádio onde os brigões, aquelas pessoas que efetivamente não vão para o estádio torcer não vão mais ingressar nos estádios de forma definitiva, aqueles que sofrerem a pena de proibição de ida nos estádios prevista no Estatuto do Torcedor, ou até mesmo com sanção administrativa.

E saúdo o Inter, que, nesta semana, expediu a primeira proibição administrativa de um torcedor ir ao estádio – porque os times têm competência, trata-se de um espaço privado – especificamente para aquelas pessoas que cometem crimes dentro dos estádios. Eu faço uma defesa sempre aqui das torcidas, aqueles jovens que vão ao estádio cantar, torcer, pular; eles têm que estar lá no estádio, efetivamente; é uma manifestação da juventude, e nós não podemos, de forma alguma, criminalizar a juventude. Nós temos que buscar a responsabilidade individual, e é o que este projeto vai permitir, o que hoje não é feito. Hoje são expedidas as listas, hoje temos mais de cem torcedores com proibição de ingresso nos estádios, mas sai uma lista para a mão da Brigada, para os seguranças do clube, mas no meio daquele fluxo de pessoas não há como controlar. Então, é esse o caminho. Eu tenho certeza que isso aqui, em poucos anos, será utilizado em todos os estádios do País. E por que não começar dando esse grande passo aqui no nosso Estado, que vai dar um grande salto na segurança e na prevenção à violência. Esse é o caminho. Nós não temos mais que discutir a forma de reprimir a violência, nós temos que preveni-la, e aqui tem uma forma muito concreta, que eu tenho certeza que vai trazer muitos benefícios para os dois clubes, para os dois estádios e para toda a Cidade, que vai ficar conhecida com dois estádios que não têm mais violência no seu interior.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta, e depois prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Obrigado, Sr. Presidente; na pessoa de V. Exa. quero cumprimentar os demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TV Câmara, senhoras e senhores. Venho a esta tribuna neste período de Pauta, Ver. Nagelstein, primeiramente para tecer aqui alguns comentários com relação ao Projeto de Lei do colega Nereu D'Avila que foi bem divulgado pela nossa imprensa local e que diz

respeito à convocação da consulta à população, mediante plebiscito, com relação ao cercamento do Parque Farroupilha, da nossa querida Redenção. Já foi objeto e já foi pauta desta Casa essa questão que envolve o cercamento do Parque. Eu acho que nada mais oportuno do que nós escutarmos aqui a comunidade porto-alegrense com relação a essa decisão. Eu quero aqui destacar que em outros parques da Cidade em que nós decidimos nesta Casa pelo cercamento, acho que a decisão foi acertada, Ver. Paulinho Brum. E eu queria trazer aqui o exemplo do Parque Germânia. Inclusive fui relator daquele projeto pelo cercamento do Parque Germânia, Ver. Reginaldo Pujol, e acredito que esse debate é positivo e propositivo. Eu acho oportuno que nós possamos trazer para a agenda positiva da Cidade essa discussão.

Também quero aqui falar no Projeto de iniciativa do Vereador da minha bancada, PDT, Christopher Goulart, que inclui a Semana de Divulgação e Incentivo à Doação ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre. Acho que aqui nós sabemos da responsabilidade que o nosso partido tem lá junto à FASC, o nosso Governo, junto ao Kevin e ao Christopher, que é o nosso Secretário Adjunto. Esse dispositivo que está aqui figurado nesse Projeto de Lei para que seja destacado no calendário oficial da Cidade, para que nós possamos tentar conscientizar a população, Ver. Nedel, a respeito dessa doação, eu acho que ele é muito importante neste momento, porque agora, no final do ano, é que se avolumam as doações para o Funcriança, porque o ano calendário base do Imposto de Renda termina no dia 31 de dezembro. Então, quem é que pode fazer a doação? São aquelas pessoas que recolhem o Imposto de Renda, principalmente os que pagam o Imposto de Renda na fonte. Eu diria que muitos não o fazem por desconhecimento. Eu mesmo faço parte do conselho de uma entidade que é beneficiada por essas doações, que é o Lar Santo Antônio dos Excepcionais, ali no final da Ipiranga, e tenho certeza de que o Ver. Christopher foi muito feliz nessa iniciativa, porque possibilita que as pessoas tomem pé e conheçam um pouquinho melhor como é que é essa sistemática. Faz a doação este ano, Ver. Sgarbossa, e o ano que vem, ali em abril, desconta do pagamento do Imposto de Renda.

Então, praticamente, quem faz a doação, retira do Governo Federal e investe no Município para quem mais precisa, que são as nossas crianças, que são o nosso

amanhã, que são o futuro da nossa Nação. Então, quero aqui deixar também este registro com relação à iniciativa do colega Christopher.

Quero falar um pouquinho também desse Projeto de Lei do Executivo, que é o último projeto que tramita em segunda Sessão de Pauta, que institui o Plano Diretor Ciclovitário, na realidade ele altera o Plano que já foi instituído por nós, mas ele cria um Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Ciclovitário e instituindo seu Conselho Gestor. Eu acredito, assim, eu acho que a Câmara Municipal deu um passo importante aqui quando, junto com o Governo, a quatro mãos, instituiu na Cidade um Plano Diretor Ciclovitário. Eu quero dizer que nós, o nosso Governo trouxe para a agenda positiva da Cidade a ciclovía. Hoje, as ciclovias são uma realidade em Porto Alegre, Ver. Pujol, e muito se deve ao esforço daqueles que deram a sua contribuição, mas também um pouco daqueles que perderam as suas vidas devido aos acidentes que ocorreram – e o Ver. Marcelo Sgarbossa tem atuado de maneira muito propositiva nesta pauta.

Eu acho que toda aquela iniciativa que nós pudermos aqui estar nos somando ao Executivo para dar melhores condições para os ciclistas em Porto Alegre, eu acho que nós devemos apoiar. Inclusive, Ver.^a Sofia, tramitou, nesta semana, ali na CCJ, um projeto de lei de autoria de V. Exa. com relação aos capacetes.

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Márcio Bins Ely prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Então, para concluir, aqui, as minhas observações quanto aos projetos de Pauta... Eu falava aqui da importância dessa implementação do projeto que aprovou o Plano Diretor Ciclovitário em Porto Alegre, e a Ver.^a Sofia traz aqui também a sua contribuição através dessa iniciativa de tornar obrigatório que, quando se loca, se empresta ou se aluga a bicicleta, que tenha, também, ali, à disposição, o capacete. Estaremos debatendo também essa pauta, Vereador.

E quero agora, aqui, em nome do meu partido, da Liderança do PDT, hoje composto por seis Vereadores, e não mais por sete, porque o Ver. Cláudio Janta já se despediu do partido, dizer que, realmente, para nós, é uma perda. Nós sabemos o quanto representa um Vereador, ainda mais com a trajetória do Janta, mas dizer de todo o carinho e respeito que tivemos com ele, que atuou de maneira também muito ativa e fraterna na bancada.

Nós sabemos que essa é uma construção liderada pelo Paulinho, da Força Sindical, que carrega também um pouco da bandeira da defesa do trabalhador, as bandeiras sindicalistas. E tenho certeza de que nós estaremos nos encontrando nas curvas do andar da carruagem. Então quero fazer, também, esse registro aqui.

Nós, agora, no início de julho, há menos de três meses, tivemos aquela fatalidade com o Mercado Público, que pegou fogo e teve o seu telhado incendiado, o que foi uma perda para todos nós, não só aqui, em nível local, estadual, mas em nível nacional também houve uma comoção. E hoje nós tivemos o anúncio da abertura de restaurantes, sorveteria e confeitaria. O Governo está conseguindo responder. Em menos de três meses, estamos praticamente recolocando o Mercado Público em pleno funcionamento. Então eu queria cumprimentar todos aqueles que, de uma forma ou de outra, através das ferramentas que o nosso Governo dispõe, em conjunto, inclusive com setores da sociedade civil organizada, conseguiram reerguer prontamente o nosso Mercado depois daquele incêndio terrível que ocorreu em julho. Acho que hoje é um dia importante.

Eu também ouvi atentamente, hoje, pela manhã, no rádio, o nosso Diretor-Presidente do DMAE, Flávio Presser, que já anunciava, para Porto Alegre, a inauguração da Estação de Tratamento Sarandi, no próximo dia 11, na semana que vem; acho que Porto Alegre avança de maneira muito significativa com relação ao tratamento de esgoto na Cidade. Mas também quero externar, aqui neste período de Liderança, a minha inconformidade, Ver.^a Fernanda Melchionna, com relação à Fepam, que está trancando a liberação também, na Serraria, de outra Estação de Tratamento que já está pronta desde março. Nós já teremos condições de estar dando, Ver. Delegado Cleiton, uma satisfação para a sociedade, relativa ao tratamento de esgoto, alcançando quase 80%, praticamente já está pronta e em condições de ser inaugurada essa obra, e por alguma questão burocrática, por alguma questão de semântica, por desentendimentos, não se consegue avançar nesse ponto importante que é a questão que envolve o saneamento. Mas que bom que, pelo menos, mais 14% do total do esgoto da Cidade nós vamos conseguir estar tratando ali no Sarandi – acredito que é em torno disso, 14% –, nessa Estação de Tratamento que foi anunciada hoje e que deve ser inaugurada na semana que vem.

Para concluir, queria falar *en passant* a respeito dos trabalhos da nossa CPI, presidida pelo Ver. Pujol, que tem como Vice-Presidente o Ver. Waldir Canal, e este Vereador que tem a responsabilidade de ser o Relator. Ontem, nós tivemos 15 indiciamentos, nós já

tivemos 75 detidos e 3 presos com relação a vandalismos em Porto Alegre, e a Câmara Municipal foi vítima de um vandalismo, de uma invasão. Nós estamos investigando, os responsáveis serão apontados, e nós esperamos que os órgãos competentes os responsabilizem. Essa já é a terceira reunião da CPI. Para a semana que vem nós já aprovamos algumas oitivas importantes, solicitamos provas documentais, provas em áudio e vídeo, e esperamos que, até o final do ano, em dezembro, possamos estar apresentando o nosso relatório. Agradeço pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Presidente Bernardino Vendruscolo, Vereadores e Vereadoras, hoje, esta Sessão foi realmente muito triste. Nós estávamos votando a Lei de Diretrizes Orçamentárias nesta Casa, lei importante para o nosso Município, porque ela segue uma sequência: Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, e depois Lei Orçamentária. E vimos aqui muita discussão, realmente alguma importante e a outra sem base, por exemplo: a Ver.^a Sofia veio aqui e falou que o Governo não está garantindo verba para o *hip-hop*, conforme lei número tal. Eu estou aqui em mãos com a lei. A lei não fala em verba, a lei não fala em valores, a lei não se obriga em nada. E ela vem aqui falar inverdades. E está aqui a lei, é só ler a lei, é só ler a lei. Mas aí fica difícil porque as pessoas não estão cientes da lei, não estão com ela e acreditam nessas inverdades que aqui proclamam. E, também, usando uma oportunidade em que alguns Vereadores não estavam aqui, pediu verificação de quórum, e aí senhoras e senhores, vejam o que acontece: quem pediu a verificação de quórum foi a Ver.^a Sofia Cavedon que não registrou a sua presença e pediu que a sua Bancada não registrasse a presença, e pediu também uma parte da Bancada de oposição não registrasse, menos a Ver.^a Fernanda Melchionna que estava aqui e deu a sua presença. Então, se a Bancada do Partido dos Trabalhadores e o restante da Bancada de oposição colocassem presenças, nós teríamos quórum. Fico muito triste. Hoje pela manhã, o Antônio Carlos Macedo, falou que a Câmara não tem produzido o que poderia. Eu tentei, Ver. Pujol, falar com o Antônio Carlos Macedo contestando a sua colocação. Mas hoje eu não posso fazer isso, porque

pág. 40

doze pessoas estavam presentes para votar uma lei importante para a nossa Cidade. Eu fico muito triste, porque estão surrupiando o nosso tempo. Tempo é importante, é vida e merece respeito. E hoje, não tivemos respeito nesta Casa, nem com os funcionários, porque depois eles vão ter que fazer açodadamente horas extras para a redação final da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu, como relator, fico muito triste, não tive nem oportunidade de falar. Esse relatório é técnico, não é político, é só ver as fundamentações. E, tristemente, ficam colegas jogando para a torcida, jogando para a TV, isso é triste. Sabem que muitas das emendas que aqui estão são emendas orçamentárias e não emendas da Lei de Diretrizes. Nós temos aqui técnicos da Secretaria de Gestão e Acompanhamento Orçamentário para nos orientarem, para nos informarem e ratificarem tudo. E, tristemente, colegas ficam jogando para a torcida, invertendo fatos e verdades. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Muito obrigado, Sr. Presidente, Ver. Bernardino Vendruscolo; Ver. Reginaldo Pujol, Ver. Nedel, Ver.^a Sofia, em primeiro lugar, colega Mônica, queria falar sobre o projeto do Ver. Nereu D'Avila de plebiscito. Acho que é importantíssimo nos auscultarmos a população de Porto Alegre a respeito do cercamento desse parque. Nós temos diversos exemplos diversos no mundo, eu até trouxe umas fotos. (Mostra fotos.) Eu não me prendo só à questão do cercamento. Aqui é um parque que é como a Redenção, onde as pessoas correm e quem é corredor sabe: por que a Redenção não pode ter uma pista pavimentada, como essa, numa determina faixa, para que as pessoas pratiquem a sua corrida diária? Alguns burocratas alegam o seguinte: o parque é tombado. Esse negócio é tão absurdo que, quando eu estava na SMIC, nós quisemos plantar uma fileira de árvores em frente ao antiquário do Brique da Redenção – o Brique é composto por três segmentos: do artesanato, da alimentação e dos antiquários – e não deixaram sob a alegação de que o parque era tombado; eu nunca vi isso! Então, quer dizer, as árvores vão começar a cair, daqui a 50 anos vão ter caído todas e não vai mais se poder plantar árvores, porque o porque é tombado. Não se pode fazer uma pista,

pág. 41

como essa, para corrida. Então, a gente vai correr lá com sapato ou com tênis e o tênis, logo em seguida, se deteriora todo porque está correndo no pó, na terra, se pode e se tem tecnologia para isso. Então, eu quero dizer que sou a favor, eu conheço várias e várias cidades do mundo, felizmente, e a grande maioria delas tem parques cercados. Isso não representa nenhum problema, nenhum cerceamento para a população, ao contrário, isso garante tranquilidade, garante que os monumentos, que estão dentro do parque, possam ser preservados.

Ainda sobre parques, eu quero perguntar o seguinte: por que não temos bebedouros, Ver. Reginaldo Pujol, nos nossos parques, como estes por exemplo? (Mostra revista.) Temos milhares de exemplos, na foto tem um menino bebendo. Por que o DMAE, que neste ano repassou ao Município R\$ 120 milhões de distribuição de lucros e dividendos, não pega R\$ 1 milhão e coloca bebedouros, patrocina bebedouros nos parques de Porto Alegre, bebedouros decentes? Tem mais exemplos aqui de bebedouros que podem ser colocados em nossos parques para pessoas e para animais. (Mostra revista.) Então, eu acredito que nós precisamos, não agora, eu vou fazer isso e gostaria que vários Vereadores se somassem na votação da Peça Orçamentária, que vem logo a seguir, que nós fizéssemos uma previsão de bebedouros, de lixeiras, de cadeiras. Eu, há quatro anos, cobro por que não são colocados bancos na frente do Paço Municipal. Por que as pessoas têm que ir à Prefeitura Municipal, o povo estar ali e ter que sentar na escada do Paço Municipal, porque não tem banco no Paço para sentar, como se não tivesse banco no mundo para vender. Olha as opções que têm aqui de bancos eu nós podemos colocar em frente ao Paço Municipal. Por que essas coisas não acontecem? Por que não tem bebedouro decente em parque, Ver. Tarciso Fecha Negra, porque não tem banco decente na rua para sentar? As lixeiras de Porto Alegre precisam ser trocadas; nós precisamos imediatamente promover a troca dessas lixeiras e de outros tantos equipamentos, como as paradas de ônibus. Quer dizer, nós precisamos cobrar o mobiliário urbano, de novo! Paradas de ônibus; por que não podemos ter paradas decentes para as pessoas em toda a Cidade? Não estou falando de nada sofisticado; simples, mas paradas decentes, inclusive com assento para sentar, porque a pessoa tem que ficar em pé na parada de ônibus. Qual é o sentido? Às vezes, pessoas idosas, às vezes, pessoas deficientes têm que ficar em pé. Então, precisamos disso. Eu quero dizer, Ver. Márcio Bins Ely, que ainda ontem, na minha página do Facebook, cobre a respeito do Socioambiental: R\$ 500

pág. 42

milhões aplicados no maior programa de saneamento da história de Porto Alegre. Canos, canos e canos enterrados, estação aqui, do nosso lado; estação lá no bairro Cristal, o projeto pronto, e a Fepam não libera sob o argumento de que tem que proteger o rio. Mas, enquanto ela alega o argumento de que tem que proteger o rio, todos os dias, milhões e milhões de litros cúbicos de esgoto continuam indo sem tratamento para o rio. Mas que burrice é essa? Srs. Vereadores, esse é o maior escândalo que há em Porto Alegre no presente momento. E, se há algo demanda a nossa união para, em uníssono, cobrarmos do Governo do Estado e da Fepam, é a liberação do Socioambiental. Ver. Reginaldo Pujol, vão vencer as garantias das máquinas de bombeamento, e não foram ligadas até agora, porque a Fepam, na sua burocracia e na sua insensibilidade, Ver.^a Mônica Leal, não dá a licença. Isso é um crime de lesa-pátria, é um crime contra Porto Alegre, é um crime continuado contra o Guaíba, é um crime contra o Erário, é um crime contra as nossas economias, é um crime contra a saúde das pessoas. Então, a Câmara, às vezes – eu disse ontem à imprensa também –, dedica-se à futilidades. Como gostam de coisas negativas; e, nas coisas que são positivas, a gente não consegue uma mobilização verdadeira, cidadã, para que possa acontecer. Então, Sr. Presidente, eu deixo esse meu clamor, esse meu brado de que façamos uma união de todos, que cobremos, Ver. Cleiton, que a Fepam libere, o quanto antes, o Socioambiental para que entre em operação. Porque isso não pode se transformar em uma dessas tantas obras que não têm fim, em que o dinheiro escoia pelos ralos, e, nesse caso, literalmente, do nosso dinheiro que vai para o esgoto. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Obrigado, Ver. Valter Nagelstein. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu agradeço à minha Bancada, hoje, quando há uma iniciativa da Vereadora é uma pauta de toda a Bancada, nós tivemos outros momentos em que outros Vereadores da nossa Bancada propuseram questões e nós todos defendemos juntos. Então, falo em período de Liderança para deixar mais claro, inclusive para o Relator por que eu estou insistindo em destacar as emendas e por que eu acho que essas diretrizes sejam exequíveis. Em

primeiro lugar, quando eu propus a diretriz sobre a educação para as creches – eu sei que é um tema que não é do cotidiano da maioria dos Vereadores –, é porque nós temos relatórios do Fundeb, do Conselho da Educação e do Ministério Público comparando os valores. Vamos explicar o funcionamento do Fundeb: é um fundo contábil que recolhe, vincula 20% de todos os impostos municipais e estaduais e devolve esse recurso, conforme o número de alunos do Estado e do Município. Quais alunos? Para o Município, são os alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental; para o Estado, são os alunos do Ensino Médio e Ensino Fundamental. Então, o Estado não recebe se atender a Educação Infantil, e o Município não recebe se atender Ensino Médio – atende, tem duas escolas, mas não recebe por aquelas matrículas. Por Emenda e luta da Vereadora, Deputada Federal Maria do Rosário, mobilização aqui em Porto Alegre, entrou no Fundeb a matrícula das creches comunitárias conveniadas, que não entrariam – entrariam apenas matrículas próprias. Nós fizemos uma luta, conseguimos que matrícula de creche comunitária conveniada contasse no retorno do recurso – contasse como número/aluno. Então, eu leio para V. Exas., está no *site* do MEC – é só abrir o *site* do MEC, Tabela Fundeb, para ver quanto paga. Porque há uma discriminação, para Educação Infantil paga tanto; para o Ensino Médio é tanto, os valores são diferentes. Tanto que o Fundeb pagou no ano de 2012. Custo aluno ano: R\$ 2.700,00 por criança na idade de creche, de zero a três anos. A Prefeitura repassa através do convênio R\$ 2.240,00. A diferença, portanto, é de R\$ 448,00 aluno/ano, na idade de creche. Quando vai para a idade pré-escola, que o Fundeb paga – portanto, o valor que a Prefeitura recebe de volta do seu dinheiro por aluno que entrou no censo –, atendido pela creche, pela pré-escola são R\$ 3.295,00, e a Prefeitura repassa através do convênio R\$ 2.225,00. Portanto, repassa R\$ 1.070,00 aluno/ano a menos para o convênio creche. Senhores, por que isso é perverso? A Prefeitura bota fora esse dinheiro? Não, não bota fora, compra uniforme, compra computadores, passou R\$ 4,5 milhões para a Procempa em 2001 – que até hoje nós não sabemos o que a Procempa comprou com aqueles R\$ 4,5 milhões desse recurso do Fundeb. Está no relatório do Fundeb de 2001 que a Prefeitura passou recurso do Fundeb de R\$ 4,5 milhões para a Procempa. Então, senhores, qual é a minha diretriz? Eu quero falar, senhoras e senhores, que a creche comunitária sobrevive com muita dificuldade. Todos vocês conhecem alguma creche comunitária e sabem que elas atendem 60, 80, 120 crianças, recebendo um recurso que mal paga o pessoal. Porque o alimento ela vai

pegar no banco de alimentos, ela vai cobrar dos pais. Quando tem que fazer uma reforma, ela vai atrás, no Funcriança, pega ajuda daqui e dali, festa de São João, gincana, rifa. Então, gente, não é justo! Hoje são 250 creches comunitárias conveniadas, e acho que até são mais, e não é justo que a Prefeitura use recursos, que a creche ajuda a capturar, para outras coisas que não seja para a própria creche! É penalizar demais os nossos pais e as nossas entidades comunitárias que atendem crianças e adolescentes. Então, eu quero agradecer à Bancada do PT, clarear, disponibilizar esse estudo para os Vereadores que tiverem dúvida, porque eu acho que tem que ser corrigido. A diretriz é para que seja corrigido, que os recursos que são das creches que, de fato, cheguem nas crianças atendidas pela creche comunitária. Obrigada, Sr. Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Obrigado, Ver.^a Sofia. Eu solicito que V. Exa. assuma a presidência dos trabalhos, para que eu também possa falar em liderança.

(A Ver.^a Sofia Cavedon reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, este é um momento importante da minha vida política, e eu quero iniciar, Ver. Tarciso, dizendo que me desliguei do PSD, mas não me desliguei e não me desligo de V. Exa. Se fosse por V. Exa, com certeza, eu não sairia lá do PSD, mas tenha certeza, Ver. Tarciso e demais colegas Vereadores, de que nós estaremos juntos sempre nas boas causas.

Até hoje, Ver. Pujol, V. Exa. é testemunha viva de que venho tendo muita dificuldade com questões de partido. Confesso, sem medo e sem constrangimento, e tenho certeza de que as senhoras e senhores que me conhecem sabem, que falo do coração, porque sempre falo e ajo com o coração. A minha preocupação maior sempre foi e será o trabalho e a responsabilidade com os eleitores. É verdade que nas campanhas nós

iniciamos uma caminhada na busca do voto e, logo depois, não olhamos só para os eleitores especificamente, e, sim, para a sociedade, e é assim que tem que ser, Ver. Tarciso. E digo com muito pesar o que vou dizer. Já me filiei a mais de um partido político e saí de mais de um, e vou sair toda vez que achar que devo sair, porque o meu compromisso maior, como o de muitos daqui, é, em primeiro lugar, a sociedade, o nosso trabalho e a responsabilidade que a gente assume na caminhada das campanhas. Então, é com muito sentimento, com muito pesar, que eu tenho que dizer, Tarciso: não estarei mais lá na sigla PSD, mas estarei junto com V. Exa. sempre, porque admiro seu trabalho, sua franqueza, enfim, não saímos da luta e do trabalho, saímos de uma sigla partidária. Eu quero dizer aqui, Tarciso: leve um fraterno abraço aos nossos até então companheiros de Partido, e eu vou estar aqui sempre à disposição, trabalhando, fazendo aquilo que eu sempre gostei de fazer: trabalhar, ter responsabilidade. V. Exa. sabe que nós firmamos aqui uma parceria, ao longo do tempo, e eu vou trabalhar para que ela permaneça, como sempre fiz.

Quero cumprimentar aqui especialmente o Roberto Cilas, que é o Secretário-Geral do PROS; demais membros das fileiras do Partido Republicano da Ordem Social; o Kallico que está ali, que coordena a juventude. Quero cumprimentar o Ver. Cláudio Janta pela coragem, Vereador; pela coragem! Haverá, com certeza, aqueles que farão críticas aos que saem, que mudam de partido; mas, com certeza, também haverá aqueles que saberão entender, porque chegou a vez e a hora de os partidos respeitarem os seus soldados, os seus parlamentares.

E aqui dizia, há pouco, o Ver. Valter Nagelstein, citando questões da Cidade, e eu quero homenagear o Valter, homenageando todos os senhores e as senhoras que têm o direito e a coragem de fazer críticas, mesmo sendo da base do Governo, porque nós não podemos mais dar espaço para aquela antiga ideia de que quando se faz parte do Governo não se podem fazer críticas. Os novos tempos nos impõem uma mudança de comportamento também nesse sentido. Eu não vou apoiar, e não apoio aquela oposição radical, fazendo crítica pela crítica. Não contem comigo para esse trabalho, porque, aliás, nunca fiz e não sei fazer. Mas com relação às boas causas, com certeza absoluta, eu estarei naquilo que puder, apoiando.

Então, senhoras e senhores, serei o mesmo parlamentar de sempre, com uma farda de uma cor um pouco diferenciada, mas trabalhando com responsabilidade e tentando

justificar o esforço dos nossos eleitores. Eu fiz uma campanha muito difícil, os Vereadores sabem que eu não abri comitê para a rua; e eu vi, durante a última eleição, muitas injustiças. Foram colegas, e eu respeito mas não concordo, que fizeram uma campanha extraordinária, largaram toneladas de panfletos, de santinhos nas bocas de urna. A Justiça diz que faz ameaça, mas não faz absolutamente nada; é mentira! Todos nós sabemos o que fizeram nesta Cidade. Tivemos um regimento de gente fazendo boca de urna, a Justiça não fez nada, o Ministério Público também não fez nada que coibisse isso. Isso é verdade também. Mas nós vamos seguir, Ver.^a Mônica, fazendo um trabalho humilde. Se precisarmos participar de novas campanhas lá pela frente, vamos agir da mesma forma, porque o nosso eleitor nos conhece: nós somos conhecidos dos nossos eleitores. Muitos aqui, muitos ali na Assembleia Legislativa, muitos lá no Congresso não são conhecidos dos eleitores, mas a maioria de nós é. Ver. Tarciso, meu querido, nós estaremos juntos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Ver. Bernardino, eu quero cumprimentá-lo e dizer que, para mim, Presidente, foi uma honra muito grande; não foi pelo político, eu ganhei uma família. Eu fui à sua casa, Ver. Bernardino, e a maneira com que eu fui recebido foi com muito carinho. Isso quer dizer que eu não perdi o político, não perdi o Ver. Bernardino; ao contrário, eu ganhei um amigo. É isso que eu procuro na minha vida: é a amizade e honestidade. Obrigado, Presidente. Obrigado, Ver. Bernardino. (Palmas.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Eu queria dizer ao Ver. Bernardino que ele sente muito, às vezes, por ser tão sincero. Quando foi do PMDB, foi nosso companheiro, foi um grande companheiro – nós sentimos muito a sua falta no PMBD. E por isso, por sentir falta de alguém que foi honesto, decente, companheiro, eu quero dizer-lhe, Ver. Bernardino, que o PMBD torce pelo seu sucesso. Tenha muita sorte, tenha muito sucesso! E certamente o coração que V. Exa. tem é maior do que algumas desídias que tem por aí. Cumprimentos pela sua coragem e obrigado por ter pertencido ao PMDB. (Palmas.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Vereadora, eu vou ter me incorporar a essas manifestações que tem ocorrido, porque eu acredito que, dos mais diversos integrantes desta Casa, eu

tenha sido um dos primeiros que dialoguei com o Ver. Bernardino Vendruscolo em torno de opção partidária. Um detalhe fez com que ele não fosse meu correligionário na ocasião, e isso não impediu que mantivéssemos um relacionamento político muito intenso, muito produtivo e muito conseqüente. Eu respeito muito as convicções do Ver. Bernardino. Sei das dificuldades que ele teve e está tendo agora de se separar do Ver. Tarciso. Vou dizer a ambos o seguinte: passam eles agora a integrar uma bancada única, e, como tal, eu estou à disposição para ensinar o caminho de como a gente anda sozinho nesta Casa. É complicado, mas é tranquilo também porque a gente fica mais à vontade. Quero, por final, dizer o seguinte – e digo de coração ao Ver. Bernardino, me lembrando do pensador que diz assim: “Nem todos os caminhos são para todos os caminhantes. Cada um que caminhe o caminho que o destino lhe ofereceu, mas que no fundo, no fundo, prevaleça o interesse público”. E eu sei que é isso que a dupla, tanto o Bernardino que sai, quanto o Tarciso que fica, representam. Do meu coração, eu digo o seguinte: sejam ambos bem-recebidos na bancada de um sozinho.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Srs. Vereadores, sejam breves, porque não temos base no Regimento para estas manifestações.

O SR. DELEGADO CLEITON: Ver. Bernardino, fora, costume chamá-lo “tchê Vendruscolo”, grande companheiro, grande amigo que aprendi a respeitar nesses nove meses de trabalho pela sua postura; e Tarciso, a gente perde um irmão, mas não perde um amigo, aquele cara que está ao lado com sua coerência. Assim também estamos passando por isso, com a saída do nosso companheiro Cláudio Janta.

Em nome do Mario, do Nereu, do Márcio Bins Ely, da Luiza, queremos aqui, eu ia dizer estar solidários ao amigo, mas é estar junto, porque se sabe que o senhor, acima de qualquer coisa, acima de siglas partidárias, está ao lado do povo, ao lado da comunidade porto-alegrense. Então, acho que este ano, 2013, para mim – agora segunda-feira, vai fazer um ano da eleição – está sendo especial, e acho que, para o senhor, está sendo mais especial ainda, porque, em nove meses de 2013, já renasceu duas vezes: após uma operação e agora está renascendo em outro partido, que dará a força dessa sua dinâmica como Vereador. Um abraço.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Ver. Bernardino Vendruscolo, várias agremiações já perderam o senhor pela sua lealdade, sua clareza política e principalmente pelo seu trabalho. O senhor é um trabalhador, uma pessoa que está sempre disposta a trabalhar pela cidade de Porto Alegre, pelos seus eleitores, pela população de Porto Alegre. O PSD perde um grande homem; o Solidariedade continua com as suas portas abertas; o PROS ganha um grande dirigente. Mas tenho certeza de que caminharemos juntos nesta Casa – PROS, DEM, PSD –, numa Bancada unitária, uma Bancada coesa que trabalhará de forma independente para o melhor da cidade de Porto Alegre, e V. Exa. tem o que há de melhor na política que nós aprendemos muito: a lealdade. Que Deus abençoe a sua nova trajetória, que nós possamos seguir juntos nessa trajetória.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Ver. Sofia, também quero me unir aos diversos manifestos e dizer ao Ver. Bernardino que lhe desejo sucesso. Sei que não é fácil mudar de partido – está falando alguém que mudou –, mas a pior coisa que tem é não estar satisfeito. Então, vai passando. Vais derrubar alguns empecilhos, alguns obstáculos, mas tenho a certeza e a Cidade reconhece que o teu potencial e a tua maneira de ser e de agregar. Parabéns e sucesso nessa nova empreitada.

A SRA. MÔNICA LEAL: Ver. Bernardino, eu acompanho a sua caminhada não é de hoje, mas de longa data. Já fomos do mesmo partido, sei bem das dificuldades, mas aí volto no tempo e resgato algumas das coisas que aprendi com meu pai, meu sábio professor na política, e lhe diria o seguinte: a política é feita de entusiasmo, entusiasmo por causas e pessoas; não importa o partido, a sigla partidária, as ideologias políticas, o importante, o que vale é esse entusiasmo que é nosso combustível, é isso que nos faz prosseguir. Enquanto o senhor e nós tivermos esse entusiasmo, nós estaremos fazendo a boa política. Obrigada.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sra. Presidenta, também gostaria de dar meu abraço ao Ver. Bernardino, um verdadeiro amigo e parceiro, e certamente terá uma caminhada bonita, porque o Ver. Bernardino é o único torcedor do Juventude de Iraí aqui em Porto Alegre. Quero dar meus parabéns a ele, que está largando o esporte de lado, mas está se somando ao seu time lá do Juventude de Iraí. Boa caminhada, Bernardino, e que Deus o

abençoe, é o que a Bancada do PTB te deseja, porque tu és um grande amigo, parceiro e irmão, e gostamos muito de ti.

Sra. Presidente, se me permitir, quero falar do aniversário do Ver. Reginaldo Pujol, que foi ontem. Hoje ele está completando 27.029 dias. Uma salva de palmas para ele pelos seus 74 anos. Parabéns, Reginaldo Pujol. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Apregoo o Memorando nº 037/2013, de autoria do Ver. Alberto Kopittke, que solicita representação da Casa na reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública – Conasp em 7 de outubro de 2013, às 9h, no Ministério da Justiça, em Brasília. A viagem será sem ônus para a Câmara de Vereadores e foi deferida pela Mesa Diretora.

Solicito ao Ver. Reginaldo Pujol que assuma a presidência.

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. REGINALDO PUJOL: A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, nós estamos em discussão preliminar de Pauta. Esta pauta, por conhecer os projetos, ela está para ser passada há algumas sessões esperando. Neste momento, é importante passar, para que as comissões possam apreciar os projetos.

Quero aqui registrar que nós estamos apresentando um projeto que inclui, no calendário da Cidade de Porto Alegre, a Feira do Livro da Zona Sul. Ele cumpre hoje esta Segunda Sessão, é uma feira que merece o nosso apoio pela institucionalização, pelo esforço do grupo empresarial Tristeza de levar cultura para a praça. A segunda edição aconteceu este ano com enorme sucesso.

Mas eu quero me deter num projeto, Ver. Sgarbossa, em que o Ver. Nereu D'Avila convoca consulta à população, mediante plebiscito, a respeito do cercamento do Parque Farroupilha. Eu, de fato, estou impressionada, e não é nem com a proposição do Vereador, mas com a importância que as mídias corporativas estão dando para esse

tema, para uma proposição de plebiscito. Por quê? Porque acho que o Vereador cria uma demanda que eu não vejo pungente na sociedade, não vejo mobilização nesse sentido. Ao contrário; há um movimento importante de ocupação do Parque Farroupilha. Inclusive, Ver. Sgarbossa, ocupação à noite, com iluminação, com piquenique no parque, exatamente demonstrando para os gestores que aquele parque que é a confluência das principais avenidas do Centro da Cidade de Porto Alegre, que tem a feira de artesanato, de antiguidades, de hortaliças, de produtos sem agrotóxicos, ao seu redor, ele não pode, na minha avaliação, em hipótese nenhuma, receber uma barreira, um bloqueio, porque ele é vaso comunicante com tudo o que acontece na cidade de Porto Alegre. Muitas vezes, a solução para um ato para não atingir o parque é entre este e a rua, a Rua Setembrina, que está junto ao Instituto de Educação. O Instituto de Educação vem solicitando... Vejam, a saída dos professores é por trás, é para o lado do parque, e é escura aquela rua; inclusive há várias demandas com o Secretário de Obras para que haja iluminação e ocupação. Vocês imaginem se ali tem uma cerca!

Eu vou dar alguns argumentos para dizer que me parece incongruente que nós, com todo o avanço, com toda a discussão e com toda a demanda que esta Cidade faz, proponha um plebiscito dessa natureza. Para o Instituto de Educação, é muito importante que ele esteja vinculado ao parque, que esteja iluminado e ocupado, inclusive à noite, até as dez da noite, que é o horário em que os professores saem com os seus carros em direção ao Parque da Redenção.

Mas quero falar dos sábados e domingos. Acho que não dimensionamos a importância e a riqueza que aquele parque atrai, e importância eu diria para o enriquecimento pessoal, para a realização dos cidadãos porto-alegrenses, mas também a importância turística, porque todos os turistas têm duas referências da cidade de Porto Alegre: o Mercado Público, em que é obrigatório passar, e o Brique da Redenção, o Parque da Redenção, naquela avenida que é aberta para um parque. Eu não consigo compreender a insistência de um Vereador que foi Secretário de Segurança em reabrir um tema em que ele sabe – devia saber – que segurança não se faz com cercamento, com isolamento, com uma cidade sitiada, segurança se faz com presença viva de órgãos, instituições. Aquele orquidário deveria ser visitado, deveria-se fazer o manejo do parque, pesquisas, crianças, etc.

Então, eu quero dizer que sou absolutamente contrária a essa consulta, há outras mais importantes... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)...Há outras questões mais importantes. Eu apoio, sim, acredito que os momentos de eleição devam ser momentos plebiscitários; acho, sim, que a Cidade, o Estado, o País, as eleições que fazem, a gente deve votar e deve se posicionar sobre temas pungentes da Cidade, do País. Nós temos situações seriíssimas para tratar, que acho que mereceriam plebiscito, mas não o cercamento da Redenção. Cercar a Redenção é isolar o coração pulsante desta Cidade do resto do corpo.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Solicito que a Ver.^a Sofia Cavedon reassuma a presidência dos trabalhos para que eu possa ocupar o espaço da discussão preliminar de Pauta. Foi um privilégio ter, neste dia, conduzido, pelo menos temporariamente, os trabalhos desta casa.

(A Ver.^a Sofia Cavedon reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a nossa Pauta está repleta de assuntos importantes, alguns dos quais em segunda Sessão, razão pela qual eu vou me ocupar dos mesmos, à medida que as matérias que se encontram em primeira Sessão eu ainda terei a oportunidade de a elas me referir na nossa próxima Sessão Ordinária da Casa, especialmente o Projeto de Lei do Governo Municipal que revoga o § 2º do art. 32 da Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009, que institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado e dá outras providências e inclui o anexo 6 da Lei Complementar nº 626/09, criando um Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário e instituindo seu Conselho Gestor. Por que me fixo fundamentalmente nessa matéria? Especialmente porque acredito que o esforço que o Município tem feito no sentido de concentrar recursos na implantação das ciclovias de Porto Alegre, é um

esforço meritório que justificadamente merece ser saudado e entendido. Por que entendido? Que é uma tendência natural das pessoas, individualmente ou coletivamente, de buscarem nas inovações, tanto quanto possível, o mais perfeito, o mais indicado. Instalar essa rede de ciclovias de Porto Alegre numa cidade já constituída é uma tarefa complexa e que naturalmente oferece uma série de obstáculos que precisam ser habilmente transpostos. Vejam, por exemplo, algumas situações como na Rua José do Patrocínio, reclamações a respeito da redução das pistas de rolamento de veículos, na medida em que a pista de rolamento para a ciclovia e também para a movimentação dos táxis praticamente compromete a metade da via que ainda enseja o estacionamento de um dos seus lados. Isso gera reclamação das mais diversas, Ver. Mario Fraga, mas aquela velha colocação popular de que não se faz omelete sem quebrar os ovos, se aplica no caso concreto, porque alguns transtornos certamente haveriam de surgir, e precisam ser compreendidos, entendidos e enfrentados, na medida em que alguns deles podem ser objetos de um reexame e evidentemente de uma nova solução alternativa. Não se pode esquecer que na busca da perfeição essa Casa votou o Plano Ciclovitário estabelecendo locais aonde as ciclovias seriam colocadas. Evidentemente isso reduz as alternativas porque não seguir as regras que estão na lei, vai naturalmente ensejar reclamações, especialmente aqueles que criaram a lei. E essa lei aqui na Casa teve muito da contribuição do Vereador, hoje Secretário de Obras, Mauro Zacher, que hoje por circunstância está executando esse projeto. Por isso, Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero concluir, já que sou alertado da conclusão do meu tempo, e dizer que esse projeto, que agora irá para as Comissões, certamente chegará lá na Comissão de Constituição e Justiça, vai receber da nossa parte uma atenção muito especial, até ensejando – e acho que será o caso – um belo debate, uma bela discussão, sobre o que já ocorreu em termos de implantação da ciclovia, que criou problema lá no bairro Restinga, por exemplo, Ver. Mario, V. Exa. sabe disso perfeitamente bem, problemas não totalmente resolvidos, até com a colocação de uma faixa da ciclovia que está totalmente não utilizada, porque aparentemente o local não permite que ela se instale.

Sr. Presidente, concluo cumprimentando-a pela condução dos trabalhos e, ao mesmo tempo, agradecendo a atenção dos colegas Vereadores que agora, perto das 18h, nos honram com a sua atenção.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa-tarde a todos e todas. Eu acabei me inscrevendo, por isso peço a paciência dos servidores da Casa, que precisam estar aqui nos acompanhando, mas a intervenção aqui, tanto do Ver. Pujol como do Ver. Márcio Bins Ely, louvando, de uma certa forma, o Projeto de Lei do Executivo que, no fundo, revela um retrocesso na questão das ciclovias da Cidade; primeiro, porque ele revoga o § 2º do art. 32 do Plano Diretor Ciclovitário. O que é o § 2º do art. 32, Ver.^a Mônica Leal? Foi uma Emenda do então Vereador Beto Moesch. Para assegurar recursos, garantir recursos da implementação das ciclovias, o Ver. Beto Moesch, em acordo com o Executivo, nas palavras dele, não passou despercebido, quando foi sancionado o projeto de lei, mas foi um acordo com o Executivo da época, a reserva de 20% das multas de trânsito recolhidas em Porto Alegre seriam destinadas para a construção de ciclovias e para campanhas educativas voltadas ao uso adequado da bicicleta. O que é esse Projeto de Lei que agora chega, pela segunda vez, para discussão preliminar aqui na Casa? Justamente revogando essa Emenda do Ver. Beto Moesch, sancionada pelo então Prefeito Fogaça. Então, já começa aí um desacordo com uma quebra de um acordo pactuado entre o Ver. Beto Moesch e o Município de Porto Alegre. A Prefeitura, literalmente esperneia para não cumprir essa determinação legal; primeiro, não cumpre de fato, tanto que há dois meses foi condenada numa ação civil pública por não cumprir a emenda proposta pelo Ver. Beto Moesch, não destinando os recursos necessários para a construção das ciclovias. Depois, alega que é inconstitucional. Bom, essa alegação já foi derrubada pelo órgão pleno do Tribunal de Justiça aqui do Estado. Portanto, é constitucional a emenda e é constitucional a reserva dos 20% das multas para a construção de ciclovias e para as campanhas educativas. Portanto, a gente vê, a todo o momento, investidas do Executivo para tentar retirar recursos que são garantidos, porque as multas, infelizmente, continuarão acontecendo. Pessoas continuarão sendo multadas, porque não tenhamos a inocência de que de um dia para outro as pessoas pararão de cometer infrações e, portanto, 20% disso deveria ser destinado para as campanhas educativas, o que não acontece; e para a construção decisiva das ciclovias.

Vejam que o Plano Diretor Cicloviário, levantado aqui pelo Ver. Pujol, prevê quase 500 km em ciclovias na Cidade e o que nós temos até agora é em torno de 15 km. Portanto, temos um pouco mais de 1% realizado em quatro anos. Se formos nesse ritmo, faltam apenas 99%; demoraremos 40, 50 anos para concluir um Plano Diretor que fará tão bem para a Cidade. Não se tratam de ciclovias de lazer ou diversão, podem também ser usadas para isso, mas é para a fluidez do trânsito, para que as pessoas possam praticar uma atividade física. O Vereador do PCdoB apresentou um projeto que cria um programa de incentivo de redução da obesidade na Cidade. Bom, está aí o programa das ciclovias que pode servir para isso, para as crianças e estudantes irem para a escola de bicicleta de forma segura, na ciclovia.

Infelizmente, aos olhos de quem não faz uma análise mais profunda, parece que este Governo tem feito muito pelo uso da bicicleta. Mas na nossa opinião, com todo respeito, tem jogado para a torcida, feito em lugares mais visíveis da Cidade em vez de priorizar locais onde a bicicleta é mais usada, inclusive com índices que mostram que a maioria dos atropelamentos são na periferia da cidade. Para se ter uma ideia dessa lógica que não discute a prioridade voltada para o automóvel, na ciclovia da Ipiranga, por exemplo, a partir da Azenha, começam as cinco mudanças de lado. Então para a fluidez do ciclista, ele está sendo penalizado, na medida que ele tem que pular cinco vezes de um lado para outro até chegar na PUC. Então, é a lógica – que eu digo – das ciclovias, mas voltada à prioridade dos automóveis.

É uma pena, eu me inscrevi aqui para fazer uma contraposição a essa ideia que o projeto é bom, ele cria um fundo; bom, o nosso primeiro projeto de lei protocolado aqui na Câmara de Vereadores foi justamente sobre a criação desse fundo, constituído de forma paritária – representantes da sociedade civil e do Governo. Aqui esse projeto do Executivo, praticamente com o mesmo objeto que tem o nosso, cria um conselho gestor, mas são sete representantes do Executivo e apenas dois da sociedade civil. E o presidente desse conselho será necessariamente do Governo, para esse projeto. No nosso projeto o Governo e a sociedade civil têm paridades de assentos e democraticamente escolhem os seus presidentes. Então, vejam, há um déficit democrático e aqui há um retrocesso em relação às ciclovias, algo que a Cidade tanto precisa para o futuro.

Portanto, não poderia deixar passar uma ideia de que é um projeto bom para Cidade, na verdade, constituindo um retrocesso e uma falta de democracia para uma coisa tão importante que a Cidade precisa.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Cumprida a nossa pauta, agradeço as presenças dos Vereadores que estão aqui e o conjunto dos funcionários. Registro as presenças da Ver.^a Mônica, Ver. Mario Fraga, Ver. Delegado Cleiton e Ver. Marcelo Sgarbossa, são importantes porque priorizam o plenário.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h52min.)